



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia vinte e oito de dezembro de dois mil e quinze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Geraldo Guedes – Presidente, André Luiz Vieira da Silva – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Continuando, o Senhor Secretário proferiu leitura da correspondência recebida: Solicitação para ser lida em plenário. Nova Lima/MG, 28 de dezembro de 2015. Do Sr. Gilbert Galdino de Souza, Diretor Presidente da Coopernova – Cooperativa Novalimense de Transporte de Cargas e Pessoas, ao Senhor Presidente e demais vereadores. “Em razão do apoio declarado de Vossa Senhoria em plenário da possível ajuda à Coopernova, caso haja sobra de valores financeiros referente ao exercício 2015 e compromisso firmando junto à Secretaria de Fazenda do Município e Prefeito Municipal, solicitamos resposta sobre o fechamento anual e data da devolução das sobras, conforme legislação vigente”. Prosseguindo, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) O Senhor Presidente: “conforme deliberação plenária e aprovação com dispensa de interstícios e pareceres na reunião ordinária do dia vinte e dois de dezembro de dois mil e quinze, coloco o Projeto de Lei 1.558/2015, autoria do Poder Executivo, que ‘Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e dá outras providências’ em primeira votação, em discussão, em votação”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente, questão de ordem. É que eu estava despercebido aqui, o Senhor está



entrando já na segunda parte, de votação?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “é, eu também passei despercebido, eu achei que ele ia deixar a gente fazer um comentário”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “vereadora, eu estou fazendo uma consulta ao Presidente da Casa”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “pois é, o senhor está correto”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “estou correto?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “corretíssimo”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “é só isso, porque me pegou aqui, eu estava mentalizando aqui o que está acontecendo. Então, o Senhor já entrou na segunda parte, não é?”. O Senhor Presidente: “em primeira...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “não, porque a segunda parte é votação. É isso que eu quero saber”. O Senhor Presidente: “já está em votação, primeira parte”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “oi?”. O Senhor Presidente: “em discussão e votação”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “então? Então, o Senhor está pondo em votação o IPTU já, não é?”. O Senhor Presidente: “sim”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “aqui fala primeira e segunda votação, não é isso?”. O Senhor Presidente: “isso”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “o Senhor está pondo é a primeira, em discussão?”. O Senhor Presidente: “primeira, primeira”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “então, eu quero questão de ordem”. O Senhor Presidente: “em discussão...”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “questão de ordem”. O Senhor Presidente: “o projeto nº 1.558/2015, com a palavra o vereador Flávio de Almeida”. O vereador Flávio de Almeida: “é só uma dúvida, o Senhor retirou o Projeto de Emenda à Lei Orgânica?”. O Senhor Presidente: “como?”. O vereador Flávio de Almeida: “oi? Não, ele retirou...”. O vereador Leci Alves Campos: “é o IPTU”. O vereador Flávio de Almeida: “não, ele retirou, é a primeira parte, é isso que eu estou perguntando”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “está na primeira



parte...”. O vereador Flávio de Almeida: “está na primeira parte, o Senhor retirou?”. O Senhor Presidente: “está retirado porque... O motivo é o seguinte: que a pauta está muito grande, eu retirei”. O vereador Flávio de Almeida: “ah, entendi”. O Senhor Presidente: “continua em discussão”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “questão de ordem. A Sua Excelência, senhores vereadores, público presente, está pondo o IPTU para ser votado em sua primeira votação e discussão?”. O Senhor Presidente: “sim”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “estou correto?”. O Senhor Presidente: “sim”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu queria só... Como ele... Como ele já está em discussão... Aliás, eu vou comentar na segunda votação. A primeira, eu voto contra o IPTU. Obrigado, Presidente”. O Senhor Presidente: “sim”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “contra o aumento”. O Senhor Presidente: “continua em discussão, em votação”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem de novo. O Senhor chegou a entrar na primeira votação do IPTU?”. O Senhor Presidente: “sim”. O vereador Flávio de Almeida: “ah. Eu... Só um minuto. Hoje, eu e a vereadora Ângela, vereador André, Silvânio, vereador Gilson, a gente teve a preocupação de que na terça-feira eu acho que poucas pessoas entenderam, o projeto entrando às dezoito horas e o povo querendo que você vote a toque de caixa, não é? Acreditando que o projeto entra, você pega e vota. Então, tem um estudo que se faz, não é? E hoje também ouvindo... Ouvi uma senhora, uma moradora que, diga de passagem, ela pode até dar aula de educação porque vai pegar bem para muita gente, de tão educada. Uma pessoa preocupada em ler e em entender, e uma pessoa que entente também, trabalhou na Assembleia Legislativa e ela sabe como que é o trabalho legislativo. Então, depois disso tudo, eu vou me abster, depois de conversar com ela e depois da nossa reunião de hoje. Até mesmo porque em uma semana você não pode votar um projeto tão complexo, não



é? Então, eu vou me abster por esse motivo”. O Senhor Presidente: “continua em discussão”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem. Senhor Presidente, Mesa Diretora, vereadores presentes, público presente. A gente realmente fez uma reunião, nós discutimos parte do projeto, mas nós não conseguimos aprofundar totalmente no projeto. E eu acho que, como eu já falei na reunião passada, é um projeto complexo, a gente entende perfeitamente a necessidade da valorização da Planta Genérica e automaticamente do IPTU que já vem sendo defasado há mais de dez anos, mas a gente entende também que a gente não pode fazer as coisas no afogadilho. Então, Senhor Presidente, eu também vou me abster da votação”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente. Boa noite Mesa Diretora, boa noite vereadores, boa noite público presente. Eu creio que já está havendo então justificativa de voto para votação do Projeto 1.558 e o Projeto 1.560. Eu concordo, realmente, que é muito pouco tempo para se analisar um aumento tão grande, por isso eu sou contra”. O Senhor Presidente: “continua em discussão”. A plateia se manifestou. O vereador Fausto Niquini: “Senhor Presidente, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Fausto Niquini”. O vereador Fausto Niquini: “boa noite Mesa Diretora, nobres vereadores, público presente. Senhor Presidente, por coerência, eu votei contra o aumento da taxa de iluminação e estarei votando também contra o aumento do IPTU, por entender que esse projeto é inoportuno, inaceitável, está até escrito ali, e inconveniente. A plateia se manifestou. O vereador Fausto Niquini: “não poderia, como representante do povo nova-limense, admitir e votar a favor de aumento de impostos no momento que vivemos, de inflação, de desemprego, todo dia estão batendo na minha porta pedindo emprego e numa fase de recessão econômica nacional. A plateia se manifestou. O vereador Fausto Niquini:



“então, seria incoerente eu estar votando esse aumento do IPTU. E até fiquei satisfeito de ter a minha amiga, vereadora Ângela Lima, de ter se... Absteve de seu voto, também o vereador Soldado Flávio. Eu acho que o ideal seria o consenso. Por exemplo, esse ano, o servidor público não teve um por cento de aumento no seu salário, no seu ganho. Então, eu entendo que se fosse dez por cento de aumento para esse servidor já o incomodaria. Então, como passamos por esse momento, o meu voto é contra o aumento do IPTU. Muito obrigado”. A plateia se manifestou. O Senhor Presidente: “continua em discussão”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente. É só para adiantar também, meu voto é contra há mais tempo, o meu voto é contra”. A plateia se manifestou. O Senhor Presidente: “continua em discussão. Eu também quero registrar que há três reuniões atrás eu fui contra o aumento. É um aumento exagerado. Nós, posso dizer assim, nós funcionários não tivemos um centavo de aumento, digo isso porque eu sou aposentado pela prefeitura e recebo por lá. E é inaceitável este aumento, e votarei também contra a Planta Genérica. Eu, como vereador de periferia, jamais poderia votar um percentual tão alto. Vou colocar em votação... O senhor não pediu. Com a palavra, o vereador Silvânio Aguiar”. O vereador Silvânio Aguiar: “pela ordem, Senhor Presidente. Senhor Presidente, público presente, público que nos assiste em casa através da TV Banqueta, quero cumprimentar a todos. Eu quero justificar também o meu voto, fazendo coro aqui com as palavras da vereadora Ângela Lima, do vereador Flávio, que reclamam, de alguma forma, do prazo que a gente teve para analisar esse projeto. Dizer, Senhor Presidente, e ao público que está aqui presente também, que eu penso que esse projeto veio para a Casa numa hora muito ruim. Eu imagino que a Câmara precisa de ter a responsabilidade de analisar esse projeto com muita calma e com esse clamor popular, com toda a crise que o nosso país vive, com toda a crise que a



prefeitura vive, a gente percebe que, realmente, é praticamente inviável se fazer um aumento de IPTU num momento desse. Eu ouvi algumas pessoas falando muitas coisas assim que não têm muito a ver com o projeto. Disseram: ‘ah, a prefeitura está aumentando a alíquota de IPTU’. Isso não é verdade, não está aumentando alíquota, está fazendo uma revisão na Planta de Valores, que se fosse em outra época, eu imagino que talvez fosse interessante, mas hoje, realmente... Hoje, realmente...”. A plateia se manifestou. O vereador Flávio de Almeida: “questão de ordem, Senhor Presidente. Pedir para o Senhor manter a ordem na Casa e prevalecer a Constituição Federal que é prevalecer o direito de fala do vereador”. O Senhor Presidente: “eu pediria novamente a colaboração do público presente e ficar em silêncio porque realmente...”. O vereador Silvânio Aguiar: “só para esclarecer o público, já que...”. O Senhor Presidente: “manifestando atrapalha a leitura, as ideias do vereador”. O vereador Silvânio Aguiar: “só para esclarecer o público, já que ele está contribuindo com a minha fala e eu penso que isso é uma contribuição, eu não discordo de vocês que é um aumento não, só não é aumento de alíquota de IPTU. Não é aumento de alíquota de IPTU, é aumento de IPTU sim porque quando faz a revisão da Planta de Valores adequa o valor de um imóvel que está muito defasado. A gente conversou sobre um imóvel, por exemplo, no Edifício Olímpia que tem um valor X e outro do outro lado, o valor é outro muito menor. Então, eu não estou aqui dizendo que não vai ter aumento não, é lógico que isso representa um aumento. E é lógico que isso representa e onera o cidadão nova-limense que está passando por muita dificuldade. Então, o meu voto, com certeza, eu não vou me abster, já tinha dito ali dentro, eu vou votar contra o projeto em função de entender que a gente não teve o tempo necessário para sentar e discutir com a população qual é a melhor forma de se fazer isso. Eu, ouvindo as pessoas lá da região do Vila da Serra, da Seis



Pistas, a gente ouviu essas pessoas reclamarem muito da questão da inexistência de serviços lá em cima ou de um serviço muito precário. Eu ouvi isso de muitas pessoas. Então, eu penso que nós temos a oportunidade com a Amavise, com as pessoas que têm a possibilidade de conversar conosco, a gente tem a possibilidade de começar perceber essas necessidades e de fazer intervenções lá em cima. Outro dia mesmo a vereadora Ângela anunciou aqui: ‘olha, vamos fechar a rua tal’, que era um pleito do pessoal da Amavise, que a prefeitura não fechava a rua num dado horário para um tipo de evento. Então, eu penso que esta Casa tem que ser de diálogo; eu penso, Senhor Presidente, e vou deixar essa colocação aqui, eu ouvi durante a semana toda muitas pessoas reclamando da não possibilidade de elas participarem desse nosso debate, sabe? O vereador Gilson, na semana passada, falou e eu concordo com as palavras dele, que o nosso gabinete está aberto para fazer essa discussão. Mas eu reconheço que quando a pessoa vem aqui, ela quer se manifestar e talvez fosse o tempo de a gente inovar, de alguma forma, trazendo para esse plenário alguma possibilidade de as pessoas terem o direito de voz na Plenária”. A plateia se manifestou. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “não especificamente de uma forma que pudesse tumultuar a discussão porque é lógico, evidente, a gente vai para a comunidade, discute com a comunidade e a nossa fala, de certa forma, traduz aquilo que a comunidade passa para a gente. Mas, em algum momento, a população quer se manifestar e o nosso Regimento Interno é muito rígido com relação à questão da tribuna livre, tem que ter assinaturas, tem que ter um prazo específico. Então, eu penso que seria, para o ano que vem porque esse ano não dá mais, mesmo que a gente quisesse, um momento muito oportuno para a gente abrir para essa comunidade poder participar e dizer daquilo que ela entende e que acha que é certo. Vou votar contra, imaginando que o meu voto contra inviabiliza muitos projetos da



nossa cidade, mas por um outro lado, ele abre também a possibilidade dessa população que está aqui presente hoje participar conosco em outros momentos. Então, vamos ter o diálogo com essa comunidade para a gente achar viabilidade para projetos. Nesse mesmo projeto, Senhor Presidente, eu não vou me alongar muito aqui, mas nesse mesmo projeto, no artigo vinte lá, ele especifica a questão de isenção do IPTU, coisa que até hoje não era muito bem feita, que as pessoas como o pessoal lá das Seis Pistas muito possivelmente ninguém tem isenção, a população que mora no Centro Histórico da cidade, ela participa desse momento. Então, seria interessante que a gente tivesse esse diálogo para entender. Quem tem direito à isenção do IPTU? Quem não tem? Como que isso vai ser feito? Eu penso que o projeto seria interessante nesse sentido, mas vou votar contrário e estou... O meu gabinete está aberto ao diálogo para que a gente possa encontrar um caminho para o ano que vem para a discussão desse projeto e que a gente possa avançar. O debate é extremamente importante desde que as duas partes se respeitem. O que eu estou colocando para o Plenário da Câmara é que nós precisamos respeitar as pessoas que estão aqui e que elas também precisam nos respeitar. Aquela reunião da semana passada, eu tirei várias lições daquela reunião que eu acredito que servirão para a Câmara para o resto da vida. Muito obrigado a todos”. A plateia se manifestou. O vereador André Vieira: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “eu quero dizer que a Tribuna Popular é aberta a todos os moradores de Nova Lima desde que façam a inscrição, no momento da reunião é impossível. Tem o prazo, é só chegar no meu gabinete e pedir, fazer a inscrição e, logicamente, tem que falar o assunto, entendeu? Somente isso. Para quem não sabia, a Tribuna Popular é aberta a todo novalimense. Com a palavra, o vereador...”. O vereador Leci Campos: “é só...”. O Senhor



Presidente: “ele pediu primeiro”. O vereador Leci Campos: “é só para fazer um comentário”. O Senhor Presidente: “Leci Campos com a palavra”. O vereador Leci Campos: “até mesmo para as pessoas que estão assistindo de suas casas, através da TV Banqueta, essa planta de alteração de valores, de percentuais de aumento não é somente no Vila Castela, não é somente no Vila da Serra, é na cidade inteira. Então, às vezes, a gente fica achando que porque o pessoal tem vindo aqui e a gente está votando porque é lá, não. Gostaria que as pessoas entendessem que não, é na cidade inteira. Inclusive, para vocês terem noção, o Bairro Galo, que é um bairro simples, é cento e dez por cento de aumento. Então, realmente, o aumento é muito grande na cidade inteira. Muito obrigado”. O vereador André Vieira: “questão de ordem, Senhor Presidente. Eu concordo em parte com o que o vereador Silvânio Aguiar falou e eu vou explicar por que. Em relação à participação popular, principalmente com respeito a esse aumento do IPTU, uma das pessoas que tomou a frente dessa luta contra o aumento foi o Sérgio, presidente da Amavise, e ele entrou em contato comigo, eu fiz questão de retorná-lo, convidei-o a vim no meu gabinete e isso já há um bom tempo atrás. Recentemente nós o recebemos de novo, junto com o nosso amigo que eu esqueci o nome também ali, e ele colocou as questões dele, eu coloquei as questões que eu acho também. Em momento nenhum disse que eu era favorável ao aumento de IPTU, inclusive, a única pessoa que eu tinha me manifestado a respeito desse assunto foi com o próprio prefeito falando: ‘olha, eu não vou votar aumento de IPTU’. Porque aprendi que tudo tem o seu tempo determinado e há um tempo certo para cada coisa, se você fizer a coisa certa no tempo errado pode ser uma frustração total. Então, eu acredito que esse aumento, ele... Uma hora ele vai ter que ser readequado, a Planta Genérica vai ter que ser revisada, alguns reajustes terão que ser feitos em benefício da cidade, de todas as regiões, e eu creio que



qualquer pessoa que pensa sabe que isso é normal e faz parte do processo político, do desenvolvimento econômico da cidade; agora, o momento realmente é inoportuno. Então, por isso, eu já me manifestei contra, lá atrás. Agora, eu não sei da onde tiraram essas coisas de que... Aí jogaram: 'o vereador está contra, isso, aquilo e aquilo outro'. E já não é a primeira vez que isso acontece aqui. E aí, quando se fala em participação popular, existe o tempo certo também para isso e não é no momento da reunião. O momento da reunião é válido vim, é válida a pressão, mas você não pode querer tomar o microfone da boca do Presidente ou de qualquer vereador e querer legislar aqui, isso daí é questão de norma constitucional. Então, o respeito é válido, a Tribuna está aí e, além de ter as regras, eu já disse isso aqui em uma outra reunião, existem realmente umas regras rígidas para a participação na Tribuna Popular, mas que esta Casa, nessa Legislatura, já quebrou várias vezes. Se qualquer um aí tivesse pedido uma participação para se pronunciar aqui, antes da reunião, o Presidente teria consultado os vereadores e os vereadores teriam concedido como já concedemos para vários movimentos, movimento dos Sem-Terra que estiveram aqui, movimento de professores, movimento das mulheres, vários movimentos que estiveram aqui, de entidades, Sindicato, todo mundo, e passando até por cima dessa questão, em um acordo porque o Plenário é soberano. Então, essa Casa sempre foi aberta à participação popular, agora, tem que se respeitar o momento da reunião. Não pode você, de maneira nenhuma, até porque não tinha nada decidido, o projeto não estava em pauta e essas atitudes como já teve agora mesmo aqui, essa atitude não cabe, ela não cabe de jeito nenhum. Se você quer respeito, a gente aprende assim, se dá respeito. Então, a minha manifestação também foi reflexo, na semana passada, da forma com que eu fui tratado e por isso, até no final da reunião, eu também me desculpei pelos excessos, mas é o que acontece. Quando ninguém...



Quando ninguém... Quando não há disciplina, não há ordem, aí vira uma bagunça que não tem mais tamanho. Então, para você ver como é que as coisas atrapalham, que mesmo com tudo caminhando favorável para o projeto ser barrado, se criou uma confusão aonde o problema já poderia estar sendo resolvido, tudo por conta dessa questão de, às vezes, a pessoa achar que... Aí, eu vou voltar a um ponto que eu falei na semana passada e que teve gente que me interpretou mal: tem gente que acha que porque tem dinheiro pode mandar e desmandar em todo mundo. E eu falei isso por quê? Porque eu ouvi de alguns manifestantes que vieram conversar comigo pessoalmente, que a gente atendeu várias pessoas a respeito desse assunto, que se gabava, que se gabava dizendo que ‘ah...’, se colocando como se fosse acima do bem e do mal, mas existe uma coisa chamada lei e ela está aí, e o cenário político nacional está mostrando que ela serve para todo mundo, tanto para nós como para a população. Então, vamos respeitar e aí, com certeza, seremos respeitados e tudo vai correr normalmente como a democracia demanda. Obrigado”. O Senhor Presidente: “eu quero perguntar ao vereador Flávio: o senhor vai abster do voto, não é isso?”. O vereador Flávio de Almeida: “abstenção”. O Senhor Presidente: “a vereadora Ângela também. Eu vou colocar em votação. Em votação, os vereadores que concordam...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente. Eu também quero adiantar o meu voto aqui antes de o Senhor colocar, todo mundo discursou, e eu até nem quero fazer discurso não porque se eu for discursar, eu vou acabar ofendendo alguns de meus colegas e esse não é o meu propósito. Eu vou votar a favor do aumento do IPTU, uma vez que a grande massa eu não vou poder proteger que eles vão ter de dez a onze por cento, rindo ou chorando, Honório Bicalho, Santa Rita, Nova Suíça, Alto do Gaia, Bela Fama, Galo, etc., etc. e tal vão ter e a gente não vai poder segurar. Então, acredito eu



que as pessoas que de onde vieram os votos que me colocaram nesta cadeira. Eu, em respeito a essas pessoas, eu vou votar o aumento do IPTU sim”. A plateia se manifestou. O Senhor Presidente: “eu pediria silêncio. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Rejeitado por sete votos contra, duas abstenções e um voto a favor”. A plateia se manifestou. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, é só para deixar claro para as pessoas que estão participando aí na plateia, essa foi a votação do Projeto 1.558. Agora que o Presidente vai entrar com o aumento do IPTU que é a Planta Genérica”. O Senhor Presidente: “não, a segunda votação é agora...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “a segunda votação direto”. O vereador Leci Alves Campos: “é a segunda?”. O Senhor Presidente: “já vai entrar a segunda”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “direto?”. O Senhor Presidente: “vai entrar na segunda votação”. O vereador Leci Alves Campos: “não”. O Senhor Presidente: “sim, senhor. Votou a primeira, agora vai votar a segunda votação”. O vereador Leci Alves Campos: “não, não é isso que eu quis dizer, Zé. Não é isso que eu quis dizer. O senhor votou o Projeto 1.558?”. O Senhor Presidente: “sim, em primeira votação”. O vereador Leci Alves Campos: “pois é”. O Senhor Presidente: “em primeira votação”. O vereador Leci Alves Campos: “deixa eu explicar, o Projeto 1.558 tem primeira votação e tem segunda votação. Depois é que vai colocar em votação a Planta Genérica em primeira votação e em segunda votação”. O Senhor Presidente: “sim, senhor, vereador. Está aqui anotado...”. O vereador Leci Alves Campos: “só estou falando para todo mundo entender, Senhor Presidente, que as vezes as pessoas que estão em casa... Para poder participar”. O Senhor Presidente: “está em casa não? Está correto aqui. Resultado da votação, contra o aumento do IPTU: vereador Nélio, vereador Silvânio, vereador Alessandro Bonifácio, vereador Fausto Niquini, Leci Campos, André Vieira e José



Guedes. Abstenção: Flávio de Almeida e Ângela Lima. A favor do projeto: vereador Gilson Marques. Conforme deliberação plenária e aprovação com dispensa de interstícios e pareceres na reunião ordinária do dia vinte e dois de dezembro de dois mil e quinze, coloco o Projeto de Lei nº 1.558/2015, autoria do Poder Executivo, que ‘Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e dá outras providências’ em sua segunda e última votação. Em discussão”. O vereador Flávio de Almeida: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “questão de ordem”. O Senhor Presidente: “questão de ordem, qual vereador que pediu? O vereador Flávio de Almeida”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, novamente, não é? Depois da reunião que a gente teve, cinco vereadores, o tempo de estudo do projeto é incapaz de qualquer vereador ter estudado o projeto, mas eu respeito o voto de cada um, por isso que a Constituição Federal está prevalecendo. E vou me abster na segunda votação”. O Senhor Presidente: “em votação, os vereadores que concordam...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “questão de ordem”. O Senhor Presidente: “pela ordem, o vereador Nélio Aurélio de Almeida”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente, eu deixei para fazer minha justificativa de voto na segunda votação, até porque eu vou falar uma vez só. A reunião passada, inclusive era o comentário na própria Casa que o IPTU chegou na sexta-feira e eu acredito até que chegou. Só que todo ano é dessa forma e eu estou alertando porque o que nós estamos passando aqui, eu estou na Casa há dezesseis anos, há dezesseis anos, vereador Fausto, e todo ano, não é o prefeito atual, desde dois mil, o IPTU só chega aqui para votar na hora, não dá oportunidade para ninguém. Ninguém tem oportunidade de nada, é a verdade. E se não mudar esse rito, o ano que vem vai ser a mesma coisa, vai ser outra luta de novo aqui em Plenário. Então, peço ao Executivo e eu pedi isso aqui, pode ver



nos Anais da Casa que está registrado em algumas reuniões, inclusive quando eu era Presidente da Casa, que encaminhasse uns quatro, cinco meses antes para a Casa ter a participação, inclusive o Presidente falou e outros vereadores citaram aqui, até a participação popular, que a Tribuna está aberta para as pessoas se pronunciarem, entidade, ONG, tiver que entender que não é dessa forma. E o IPTU é claro. O IPTU não é taxado por mim, pelo prefeito, ele é taxado pela legalidade e valor do imóvel. Lá está o valor e tem que ser aquilo, não adianta pôr acima daquilo que não vai... Qualquer pessoa recorre e ganha. Então, eu entendo que... E outra coisa no parlamento que é muito importante, às vezes, você tem o pensamento de uma coisa e muda ele, o que que tem isso? Isso é natural. Vai na Câmara, vai no Senado, isso acontece todo dia, o cara põe a assinatura dele lá, depois vai e tira. E daí? Ele entendeu que a segunda opção dele é melhor do que a primeira. Que isso não aconteceu comigo aqui, mas pode ser que alguém pense que aconteceu. O que eu disse na TV Banqueta, muito claro, eu falei na época... Na época eu tinha vários IPTU's, principalmente lá em cima no Vila da Serra, tinham disparidade de mil por cento de um para o outro, mas quem disse que eu falei aproveitou que eu queria aumentar mil por cento, até porque eu não tenho poder para isso. O que caracterizou isso? Caracterizou que alguns lugares precisam ser adequados, agora, para adequar isso é muito fácil. Como é que você vai pegar esse projeto, ali tem trezentos, quatrocentos por cento de IPTU, você não pode fazer isso porque é inconstitucional. Você vai adequar ele como? No decorrer de um ano a cinco ou até mais, você consegue chegar aos IPTU's em todos os lugares e ninguém vai poder reclamar. Mas isso não está sendo feito dentro desse projeto e por isso eu voto contra, é a minha justificativa. Obrigado, Presidente". A plateia se manifestou. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: "Senhor presidente, questão de ordem. Eu só gostaria



de esclarecer que o projeto de IPTU não chegou nesta Casa no dia vinte e dois de dezembro, na última reunião nossa. O projeto de IPTU chegou nesta Casa no dia onze de dezembro de dois mil e quinze, mas não foi distribuído para nós. Nós só ficamos sabendo da chegada do IPTU no dia vinte e dois de dezembro, às dezoito horas e trinta minutos, ele já estava na Casa, o projeto já estava na Casa. Então, se a gente precisasse de fazer audiência pública, solicitar audiência pública, teria dado tempo. Teria dado tempo porque nós tivemos uma reunião no dia quinze de dezembro, teria dado tempo de a gente ter feito uma audiência pública, assim como nós fizemos uma audiência pública para discutir as barragens do entorno aqui do nosso município, nós fizemos uma audiência pública para discutir a crise financeira do município. Então, se tivesse entregue para nós na chegada do projeto aqui na Casa, eu tenho certeza que a gente teria proposto ou mesmo que a gente não tivesse proposto, nós tínhamos sido instigados a fazer uma audiência pública para discutir com a população a respeito do aumento do IPTU. E eu tenho que concordar com o senhor, vereador Nélio Aurélio, eu acho que é isso mesmo, a gente precisa é de escalonar esse IPTU sim. No final de quatro, cinco anos aí nós vamos atingir aquilo que realmente...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “que é real”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “que é real. O que é real. E aí a gente não vai onerar ninguém. Não vai onerar ninguém porque vai subir gradativamente. Eu acho eu que concordo com o senhor nisso que está falando aí, não é? Então, eu continuo mantendo a minha posição...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “vereadora, só uma questão, me dá só um segundo?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu só vou manter a minha posição...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu prometo que é só um segundo”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “que eu estou...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “é em cima da palavra da



Sua Excelência”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “que eu estou também me abstendo da segunda votação, Senhor Presidente”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu só estou lembrando, vereadora, que foram muito importantes as suas palavras, mas que mesmo que fosse onze de dezembro não daria tempo. Eu bati aqui, questionei que isso tem que chegar na Casa lá atrás, no primeiro semestre se puder do ano”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “concordo com o senhor também”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “para a gente poder chegar a algum lugar”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “acho que o senhor está certo”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “obrigado”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “se chegasse há mais tempo, a gente teria discutido com a comunidade de um modo geral. Como disse o vereador Leci Campos, não é só com a comunidade lá de cima do Vila da Serra, o pessoal dos condomínios lá de cima. Não, a gente teria discutido isso com toda a comunidade de Nova Lima, que é o correto”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “obrigado pelo aparte, vereadora”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “obrigada, Presidente”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Leci Campos, questão de ordem”. O vereador Leci Alves Campos: “é só para fazer um comentário rápido aqui, pelo que o colega vereador Nélio disse sobre a explicação do aumento, o senhor falou aí sobre a questão de mil por cento, não é, vereador? Um exemplo que o senhor deu aí. Mas eu vou falar que mil não chegou não, mas chegou a quinhentos e nove, chegou a quatrocentos e noventa e quatro, chegou a duzentos e noventa e nove, chegou a duzentos e setenta e seis. O mínimo, o menor foi cento e dez. Então, realmente, é um percentual muito alto e em segunda votação, Senhor Presidente, eu mantenho meu voto contra o aumento”. A plateia se manifestou. O Senhor Presidente: “desde já eu quero agradecer os vereadores que compreenderam a situação, não só de



Nova Lima, do povo brasileiro. Como um assalariado, salário mínimo, vai ter um aumento de, no mínimo, cento e dez por cento? Como o vereador Leci disse. Então, nós agimos corretamente. Tenho certeza que para o próximo mandato... Para o próximo ano, o prefeito vai mandar com antecedência porque hoje a Câmara agiu corretamente”. A plateia se manifestou. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente. Eu não sei, mas eu acho que a gente pode ter, sei lá, lido esse projeto de alguma forma diferente, ninguém vai me convencer que esse IPTU para a parte mais pobre da cidade... Eu não vou dizer para a parte pobre não porque tem muita gente bem de vida que mora na parte pobre e tal, mas aí essa é uma discussão que eu acho que nem cabe aqui. Eu acho que cabe aqui uma discussão de poder contributivo de cada um, quem pode contribuir mais, quem pode contribuir menos, uma vez que esse recurso depois é disseminado entre a população. Mas eu não consegui perceber em lugar nenhum aqui e aí podem me corrigir, nós temos dez vereadores aqui, eu pedi, inclusive, eu tenho um parecer de um jurista que me ajudou nesse projeto. Eu não consegui perceber em lugar nenhum um aumento de cento e dez por cento para a população mais pobre da cidade. Eu estou falando isso... Vou votar contra o projeto... Eu vou votar contra o projeto, mais uma vez eu estou repetindo isso, eu vou votar contra o projeto, mas eu não posso falar uma coisa que eu não vi aqui dentro e se... Podem me corrigir, podem me corrigir, não tem problema, porque, às vezes, eu passei batido aqui, tem várias classes, de vários lugares e tal, eu não consegui perceber isso. Me perdoa, Senhor Presidente”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “vereador, me dá um apartezinho, só para eu te explicar?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “te dou o aparte, vereador Nélio”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “é rapidinho. Às vezes, a Sua Excelência está focado só no IPTU. A Planta Genérica não vai só no IPTU, ela vai em taxas do município que são várias,



milhares de taxas. Então, tem taxa lá dentro que sobe, sobe... Isso pessoas também que estudaram o projeto, cento e cinquenta, duzentos”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “mas no Centro Histórico não”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “porque não é só o IPTU. A Sua Excelência está focando no IPTU. Existe muita taxa, o contribuinte vai no município, ele chega lá, ele abre um processo, uma aprovação de uma residência, enfim, é um Habite-se. Então, é dessa grossura de taxas que estão lá dentro e estão sendo reajustadas”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador, já que o senhor me pediu um aparte e fez uma colocação à minha fala aqui ou pelo menos ao que eu estou discursando sobre, eu entendo isso que o senhor está falando, o senhor tem razão. Eu estou falando que especificamente o IPTU, eu não consegui perceber em nenhuma dessas tabelas que existe aqui um aumento para o Centro Histórico da cidade e aí eu volto a falar que eu não quero discutir a Nova Lima pobre e a Nova Lima rica porque, para mim, a Nova Lima é uma só, é a Nova Lima que nós vivemos nela em que a parte mais rica contribui com a parte mais pobre, e é assim em qualquer lugar. Hoje eu ouvi, vereador, de uma pessoa, aliás, eu ouvi isso, um cidadão muito mal educado nas redes sociais, colocando para uma pessoa que fez um comentário lá, não exatamente nessas palavras, mas: ‘seu ignorante, o senhor não vê que o IDH de Nova Lima é o melhor de Minas Gerais?’. Isso é muito bom, mas em alguns momentos é muito ruim também. Para as políticas sociais, por exemplo, para quem trabalha em desenvolvimento social, o IDH muito alto embarreira várias políticas públicas que poderiam vim para o município e em função do IDH muito alto que é lá para cima e a população de cá de baixo não vive esse IDH, inviabiliza muitas políticas públicas. Então, eu acho que precisa tomar cuidado quando fala com as pessoas assim... Quando fala com uma pessoa que vive aqui no Centro Histórico e quando discute esse assunto e fala com ele: ‘seu ignorante, o



senhor não sabe que o IDH de Nova Lima é o melhor de Minas Gerais?'. Eu sei disso, eu tenho consciência disso, e eu tenho consciência que isso, em algum momento, prejudica o município. Assim como na questão da segurança pública, por exemplo, quando você vai analisar os índices, por exemplo, de Santa Luzia, de Ribeirão das Neves, lá está cheia de criminalidade, Nova Lima tem pouca criminalidade. O investimento da política pública do estado para a segurança pública em Nova Lima é muito menor do que Ribeirão das Neves, do que Santa Luzia, por quê? Aqui não acontece muito crime, mas será que não acontece crime na cidade como um todo ou, por exemplo, no Alto do Gaia, em algumas outras regiões da cidade a criminalidade está solta? E aí, como que é tratada essa questão? Eu acho que isso é importante de ser analisado. De qualquer forma, eu volto a falar, eu concordo com os vereadores e votei contra em função do tempo do projeto, conforme disse o vereador Flávio. Eu imagino que se a gente tiver tempo para discutir com a população, inclusive a população que precisa de serviços públicos lá em cima sim, nós conseguimos fazer uma equação que seja suficiente para atender à Nova Lima, que as pessoas teimam em dizer que é a Nova Lima pobre e a Nova Lima rica, que as pessoas também teimam em dizer. Hoje eu conversei com o dono da Caçula lá e ele dizia assim: 'no meu prédio tem muita gente desempregada'. E o desemprego para um cara que ganha dez mil reais e para um cara que ganha mil é a mesma coisa, porque o que ganha mil estuda em escola pública, o que ganha dez mil estuda no Santo Agostinho e todos os dois estão apertados da mesma forma, não tem desemprego diferente para mim ou para qualquer outro. Então, mais uma vez, eu volto a dizer que nós temos que ir para o diálogo aqui". O Senhor Presidente: "com a palavra o vereador Leci Campos". O vereador Leci Alves Campos: "senhor vereador, o senhor realmente fez um comentário corretíssimo aí com relação ao



percentual e eu estou aqui analisando a planilha que está na minha mão. Realmente, a variação vai de quatrocentos e nove... Senhor vereador... Senhor vereador Silvânio, realmente, o aumento está variando de quatrocentos e nove por cento o maior, e dez por cento o menor. Quando se disse aqui cento e dez por cento é porque pegou o percentual anterior e acumulou com os dez por cento. Só para correção, para ficar registrado aí nos anais da Casa, então nós temos aqui então de quatrocentos e nove a dez por cento”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador Leci, o senhor é da área e eu respeito o que o senhor analisa porque eu sei que o senhor analisa o projeto para fazer o discurso sobre ele aqui. Muito obrigado, vereador”. O Senhor Presidente: “em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Em segunda e última votação. Sete vereadores contra, duas abstenções e um a favor: vereador Gilson Marques. Encaminho o projeto de lei...”. A plateia se manifestou. O Senhor Presidente: “vou chamar a atenção para os candidatos a prefeito que existe uma Câmara e que eles, como disse aí o vereador Nélio, estou aqui há vinte e três anos, todos eles mandam em cima da hora para tentar engalobar, principalmente os vereadores votarem na pressão, e desta vez não foi assim, a Câmara está de parabéns”. 2) O Senhor Presidente: “conforme deliberação plenária e aprovação com dispensa de interstícios e pareceres na reunião ordinária do dia vinte e dois de dezembro de dois mil e quinze, coloco o Projeto de Lei nº 1.560/2015, autoria do Poder Executivo, que ‘Institui a Planta Genérica de Valores de Terrenos e a Tabela de Valores de Construções para fins de apuração do valor venal de imóveis para fins de lançamento do IPTU – Imposto sobre a Propriedade no exercício de 2016’ em sua primeira votação. Em discussão. Eu quero adiantar o meu voto aqui, eu votarei contra também este projeto. Em votação, os vereadores que concordam com o Projeto 1.560/2015 permaneçam com estão”. O vereador Flávio de Almeida: “questão de



ordem, Senhor Presidente. O Senhor passou direto para a parte de votação”. O Senhor Presidente: “questão de ordem, vereador Flávio de Almeida”. O vereador Flávio de Almeida: “eu vou me abster nas duas votações também, falta de prazo no projeto”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem. Eu também mantenho a minha posição me abstendo nas duas votações”. O Senhor Presidente: “com abstenções do vereador Flávio de Almeida e da vereadora Ângela Lima”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente. Na minha concepção, essa Casa hoje dá um voto contra a cidade e não a favor do povo. Um lote de...”. A plateia se manifestou. O vereador Gilson Antônio Marques: “é direito seus, eu disse na reunião passada, vou dizer de novo, eu não vou discutir com vocês não, mas não vou deixar de dizer essa frase não: ‘sentem aqui e votem. Hoje o voto é meu, respeitem ele rindo ou chorando’. Tá?”. A plateia continuou a se manifestar. O Senhor Presidente: “vou pedir silêncio para...”. A plateia continuou a se manifestar. O vereador Gilson Antônio Marques: “isso é problema seus”. O Senhor Presidente: “a reunião correu tranquila até o presente momento”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu não tenho absolutamente nada com as suas vidas”. O Senhor Presidente: “está com a palavra o vereador, ele tem o direito de votar contra, a favor ou abster. Isso é direito dele”. O vereador Gilson Antônio Marques: “nessa Planta Genérica eu pude estudar muito bem quando chegou nas minhas mãos e também com uma consultoria muito boa. Tem lotes nessa nossa cidade que o valor de mercado dele hoje é de duzentos e cinquenta mil reais, se alguém comprar por menos eu pago para ele, e o IPTU é baseado em trinta e oito mil reais. Tem lotes de seiscentos mil reais e o IPTU é baseado em cento e noventa mil reais. Não há município que agüente. Essa consequência dessa votação vai repercutir para o ano que vem, em especial no servidor público, pode ter



certeza, aguardem. Muito obrigado. Meu voto é a favor”. O Senhor Presidente: “em votação o Projeto 1.560/2015. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Sete votos contra, duas abstenções e um voto a favor do vereador Gilson Marques. Contra: Nélio Aurélio, Silvânio Aguiar, Alessandro Bonifácio, Fausto Niquini, Leci Campos, André Vieira e José Guedes. Abstenção: Flávio de Almeida, Ângela Lima. A favor do projeto: Gilson Marques. Conforme deliberação plenária...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente. Mais uma vez, eu vou responder o plenário uma piadinha que eu ouvi: ‘pede para sair’. O tempo está vencendo, falta um ano, aí vou sair”. A plateia se manifestou. O vereador Gilson Antônio Marques: “agora, antes não, antes não. Antes vocês têm que fazer o seguinte, vá para a rua, disputa a eleição, ganha ela e senta aqui e vota. Hoje vocês respeitem, cheira aqui ó”. A plateia continuou a se manifestar. O Senhor Presidente: “vereador... Eu pediria silêncio. Até o presente momento transcorreu legal, nós votamos a favor do povo... Nós votamos a favor do povo. Então, eu pediria silêncio. Conforme deliberação plenária e aprovação com dispensa de interstícios e pareceres na reunião ordinária do dia vinte e dois de dezembro de dois mil e quinze, coloco o Projeto de Lei nº 1.560/2015, autoria do Poder Executivo, que ‘Institui a Planta Genérica de Valores de Terrenos e a Tabela de Valores de Construções para fins de apuração do valor venal de imóveis para fins de lançamento do IPTU – Imposto sobre a Propriedade no exercício de 2016’ em sua segunda e última votação, em discussão”. O vereador Flávio de Almeida: “questão de ordem, Presidente. Acrescentar a minha abstenção novamente”. O Senhor Presidente: “com abstenção do vereador Flávio de Almeida”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, eu também me abstenho”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, mais um minuto, por favor. Só para eu



terminar, vereadora”. O Senhor Presidente: “a senhora vai abster também?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “também, eu já tinha falado...”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Flávio de Almeida”. O vereador Flávio de Almeida: “eu continuo sendo aquele mesmo vereador de terça passada, me respeitem para eu respeitar as pessoas. Eu sou o mesmo cara, eu não mudo. Vinte e quatro horas eu sou assim e quem conhece a minha vida pública sabe como que eu sou. Então, me respeitem e eu respeito todo mundo. Eu falo aqui por direito e abstenho por direito. E qual vereador aqui que realmente tem conhecimento desse projeto todo? Eu fico abismado porque a gente conhece os vereadores que sentam todos os dias aqui e pegam os projetos e leem. Então, eu estou me abstendo realmente por falta de prazo. O projeto entrou nesta Casa aquele dia mesmo. Recebemos e estudamos. Então, eu estou me abstendo fazendo uso de um direito que o povo me deu ao votar. E sou um vereador que tem um trabalho nessa cidade. Então, eu estou me abstendo por direito. Recebi uma mensagem aqui, quando terminar a sessão, eu, não tem dificuldade comigo não. Vou aqui na Polícia Civil registrar queixa. Eu? O que é isso? Eu venho lá de trás. Quando boa parte estava jogando bolinha de gude, eu estava servindo à pátria amada. Então, eu não temo. Quando terminar, eu vou aqui. Podem mandar mensagem à vontade. Estou abstendo. No finalzinho, registro a ocorrência, sem problema nenhum. Obrigado, Senhor Presidente”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem. Eu também vou me abster da segunda votação e faço isso com tranquilidade, vereador Flávio, faça isso com tranquilidade. É um projeto complexo que merecia um estudo mais detalhado. A gente não teve oportunidade de fazer esse estudo mais detalhado. E isso não me incomoda porque outros projetos virão, outros projetos que vão atender essas comunidades que vêm aqui para poder acompanhar a nossa



votação. Então, outros projetos virão, que é de interesse de comunidade, que é de interesse dos bairros, que é de interesse lá do Vila da Serra. Então, outros projetos virão. E eu, com a mesma tranquilidade que hoje eu estou me abstendo, eu vou ter a mesma tranquilidade para votar a favor ou para votar contra, com a mesma tranquilidade. Porque eu acho que a gente não pode deixar acontecer é votar a toque de caixa, isso nós não podemos deixar acontecer. Então, semana passada, quando eu me abstive, não é? Quando o vereador solicitou dispensa de parecer, dispensa de interstícios, eu achei aquilo... Eu achei um absurdo. Um projeto com essa complexidade não ter um parecer, não tem parecer de Comissão, nem da Comissão de Legislação e Justiça para falar que esse projeto é legal, é inconstitucional. Nós não tivemos essa oportunidade de analisar um parecer. No parecer da Comissão de Orçamento para falar que esse projeto chegou tarde na Casa e que não veio com o impacto financeiro e o que pode acontecer no município. Nós não tivemos essa oportunidade porque pediram dispensa de pareceres e interstícios, aí fica muito mais fácil votar assim, com dispensa de pareceres e de interstícios, não é? Então, Senhor Presidente, eu, com tranquilidade, eu estou me abstendo porque, realmente, depois de uma reunião durante a semana que nós fizemos, eu não cheguei a uma conclusão, realmente, se eu votaria a favor ou contra esse projeto. Entendo perfeitamente a posição do prefeito quando ele está mandando um projeto para a Casa para buscar recursos próprios, para poder administrar a cidade com recursos próprios, mas entendo também perfeitamente que a comunidade gostaria muito de ser ouvida e de participar dessas decisões. Obrigada, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “eu espero que em dois mil e dezesseis, vereadores não venham a esta Casa pedir dispensa de interstícios, que eu vou agir. Quando há interesse de certos vereadores, o ano todo pedem e hoje ficam fazendo demagogia com vocês. Eu vou



cortar isso aqui na Câmara, não vou aceitar projeto de última hora. Tem vinte e três anos que eu falo isso aqui. Então, quando há interesse de vereadores, alguns vereadores, vem a toque de caixa, quando não há, fazem discurso, fazem demagogia. Eu estou avisando, dois mil e dezesseis, eu não posso aceitar isso mais. Eu disse outro dia, eu estou tentando ser democrático na Casa e, às vezes, a culpa cai aqui na Mesa, cai aqui na Presidência e isso não é correto”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem”. O Senhor Presidente: “questão de ordem...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “em momento...”. O Senhor Presidente: “eu não citei nome, vereadora”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu sei que o Senhor não citou nome”. O Senhor Presidente: “questão de ordem para a senhora. Eu não citei nome”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “o Senhor falou que a gente está falando em relação à Mesa. Eu não falei, em momento algum, em relação à Mesa. Em momento algum eu falei em relação à Mesa. Eu estou falando é dos projetos que chegam aqui e que a gente precisa de ter seriedade na votação deles, precisamos de ter seriedade. Agora, falar que nós já pedimos... Espere aí, não é, Senhor Presidente? Pede dispensa de perecer, dispensa disso, é quando você está votando Título de Cidadão Honorário, quando você está votando esses projetos que não levam a nada, mas projeto sério, projeto sério que vai mexer com a economia do município, que vai mexer com o cidadão, ele tem que ser bem analisado sim, precisa de ter parecer sim”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “eu quero dizer que muitas, dezenas e dezenas de vezes, projetos de grande importância foram pedidos aqui dispensa de interstícios e pareceres. Com a palavra o vereador Nélio Aurélio”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “é coisa simples e rápida. Já foi votado tudo, já foi justificado o voto...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “falta a última votação”.



O vereador Nélio Aurélio de Souza: “vamos dar seguimento à pauta porque ela está extensa. Só isso o pedido meu”. O Senhor Presidente: “os vereadores que concordam com o Projeto 1.560/2015 permaneçam como estão”. A plateia se manifestou. O Senhor Presidente: “rejeitado por sete votos, duas abstenções: vereador Flávio e a vereadora Ângela e o voto favorável de Gilson Marques”. O vereador Alessandro Bonifácio: “Senhor Presidente, eu quero registrar a presença do nosso Deputado Estadual Fred Costa, bem-vindo aí. Quero registrar a presença do nosso ex-vereador Ronaldo Faria, nosso ex-Presidente da Casa Zuca, nosso ex-vereador também Tiago Tito”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “já que está apresentando, registrando presença, o Senhor me dá a oportunidade, Presidente?”. O Senhor Presidente: “lógico”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Eduardo Costa, da Itatiaia, está perdido por aí, ele deve estar por aí, que é gente boa demais, registrar a presença dele”. O Senhor Presidente: “Eduardo Costa é um grande defensor do povo, principalmente para os mais humildes. Eu sou fã do senhor”. 3) O Senhor Presidente: “conforme deliberação plenária e aprovação com dispensa de interstícios na reunião ordinária do dia vinte e dois de dezembro de dois mil e quinze, coloco o Projeto de Lei nº 1.542/2015, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que ‘Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências’ – Instituto Educacional e Cultural Ouro Verde em primeira votação. Em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu queria pedir segunda votação desse projeto. E, Senhor Presidente, o Senhor me permite fazer uma fala breve aqui?”. Senhor Presidente: “perfeitamente”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu não vi aqui na pauta... Votamos os projetos, os interessados vão embora, parabéns para vocês, parabéns para vocês. É uma pena isso.



Eu vou voltar a falar, Nova Lima tem interesses aqui muito grandes que não a região do Vila da Serra. É uma pena ver esse povo ir embora, é uma pena. Eu vou deixar um protesto aqui, Senhor Presidente. Que bom que você está aí. Senhor Presidente, eu quero só fazer aqui, eu tenho o Projeto 1.555 que versa sobre a questão de liberação de repelentes para as grávidas do município e na semana passada eu fiz um... Sabendo que esse projeto... Ele... Hoje seria a última reunião e aí não dá para ele entrar na reunião do ano que vem, eu pedi à Comissão de Orçamento e Tomada de Contas que fizesse o parecer desse projeto para que a gente colocasse esse projeto. Eu não sei... O senhor...".

O vereador André Luiz Vieira da Silva: "eu posso explicar. Não, o que acontece é que... Posso explicar, Senhor Presidente? É só que... Na verdade, a reunião, como ela é específica, entrou somente os projetos que estavam em votação. Foi a informação que eu... Que já estavam em votação". O vereador Silvânio Aguiar Silva: "na hora da reunião, ainda fiz essa pergunta, vereador. Eu já perguntei para o Presidente: 'Senhor Presidente, semana que vem é a última reunião?'. E aí, fui orientado aqui pelo pessoal do Jurídico da Casa que esse projeto entraria. Vê bem, eu vou perder o projeto. Eu quero deixar o meu protesto à Comissão de Legislação, de... À Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, perdão, eu fiquei um pouco coisa aqui, porque é um projeto extremamente importante para a cidade. É importante, um momento extremamente necessário e que por um parecer da Comissão, o projeto não vai tramitar. É uma pena. Que as grávidas do município possam estar assistindo essa nossa reunião hoje e ver o que aconteceu. O meu projeto não vai passar, é uma pena. Vai votar hoje como, se não tem parecer? Não tem parecer". O vereador André Luiz Vieira da Silva: "vereador Silvânio". O vereador Silvânio Aguiar Silva: "eu posso pedir? Ótimo. Eu posso pedir a dispensa de parecer?". O vereador André Luiz Vieira da Silva: "o senhor



pode... Vereador Silvânio Aguiar”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “vamos cumprir a pauta pelo amor de Deus”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “vereador Silvânio Aguiar... Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “com a palavra, o vereador...”. O vereador André Vieira: “se o Senhor me permitir. A pauta da reunião não sou eu que faço. Então, não é por conta da Comissão de Orçamento, a pauta da reunião estava sem esse projeto. Segundo, Senhor Presidente, deixa eu só colocar aqui para resolver o problema. O Plenário é soberano, se quiser consultar o Plenário para que o projeto entre em pauta, ele vai entrar em pauta com dispensa de interstícios e pareceres porque o parecer está preparado, só não tinha como ele entrar em pauta por conta do...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “vou dar uma sugestão, pode? Pode, Presidente, dar uma sugestão?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “por favor, vereador”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “enquanto procura o projeto lá dentro, vamos dar seguimento na pauta e nós vamos andando”. O Senhor Presidente: “é isso que eu vou fazer”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “manda procurar o projeto, depois consulta o Plenário... Então, beleza, consulta o Plenário”. O Senhor Presidente: “espera aí, deixa eu conduzir a reunião”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “se o Senhor quiser consultar”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu quero só agradecer ao vereador, o senhor é o presidente da comissão, me perdoa, que deu uma sugestão que eu acho que é plausível e te agradecer aí pelo empenho com a população de Nova Lima. Eu entendo que os vereadores têm legitimidade para votar ou não esse projeto. Se votarem contra eu não vejo problema, eu não vou fazer discurso nenhum com referência a isso”. O Senhor Presidente: “vereador Coxinha... Vereador Coxinha...”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu espero que os pessoas possam... Muito obrigado ao Senhor pela compreensão”. O vereador André Luiz Vieira da Silva:



“só explicar que, se quiser, o projeto está aqui. O parecer infelizmente não está, mas porque não estava em pauta, mas se pedir dispensa, ele pode ser votado tranquilo porque ele já está analisado”. O Senhor Presidente: “eu quero dizer... Eu quero dizer que eu sou... Eu quero dizer que eu sou um Presidente aqui democrático, eu vou permitir, que a partir de dois mil e dezesseis, eu não vou aceitar isso mais, mas eu vou abrir mão do projeto do colega Silvânio Aguiar porque é um projeto muito importante, o projeto 1.542, vou pedir dispensa de interstícios e pareceres. Os vereadores que concordam com a dispensa de interstícios permaneçam como estão. Aprovado... Vou pedir... Primeiro eu tenho que pedir a dispensa... Calma, gente. Vocês... Pelo amor de Deus, deixa eu tocar a reunião”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “vereador Silvânio, é para entrar fora de pauta primeiro”. O Senhor Presidente: “avacalharam o troço. Conforme deliberação plenária e aprovação com dispensa de interstícios na reunião ordinária do dia vinte e dois de dezembro de dois mil e quinze, coloco o Projeto de Lei nº 1.542/2015, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que ‘Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências’ – Instituto Educacional e Cultural Ouro Verde, eu já tinha lido isso, estou lendo pela segunda vez, em segunda e última votação. Os vereadores que concordam permaneçam como estão”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem. Esse projeto que nós estamos votando agora, que é do Instituto Educacional...”. O Senhor Presidente: “sim”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Cultural Ouro Verde, não é isso?”. O Senhor Presidente: “sim”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “esse não teve dispensa de pareceres e interstícios não, esse teve parecer. Esse teve parecer”. O Senhor Presidente: “sim, está certinho. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos. Encaminho o Projeto de Lei nº 1.542/2015 à sanção”.



O vereador Nélio Aurélio de Souza: “1.447”. 4) O Senhor Presidente: “por deliberação plenária, coloco o Projeto de Lei nº 1.555/2015 em primeira votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos. Por deliberação plenária, coloco o Projeto de Lei nº 1.555/2015 em sua segunda e última votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos. Encaminho o projeto à sanção”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu quero agradecer os vereadores que votaram a favor desse projeto. E quero, publicamente, vereador André Vieira, pedir desculpa, eu acho que eu exagerei um pouco, mas o exagero foi em função de entender a necessidade desse projeto para a população e agradeço muito pela compreensão, não só do senhor, mas do vereador Flávio, do vereador Gilson, do vereador Nélio Aurélio, Ângela Lima, vereador Leci, vereador Fausto e Alessandro Luiz Bonifácio. Muito obrigado a todos”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “Senhor Presidente, questão de ordem. O Senhor me permite uma fala? É rápido, é só porque eu me inscrevi no Grande Expediente, nem vou me pronunciar. É que está um burburinho ali tremendo e diante da manifestação do vereador Silvânio Aguiar quando o pessoal se levantou, eu queria colocar aqui só duas questões rapidamente, para não passar esse momento da reunião. Primeiro lugar, eu tenho um ponto de vista diferente em relação à questão de rico e pobre. Eu acho que a riqueza do ser humano não está nos bens que ele possui e sim no seu caráter, na sua maneira de tratar e respeitar as pessoas. Então, tem muita gente que acha que é rico, mas na verdade é miserável, é pobre. E tem muita gente que acha que é pobre e, na verdade, é rico porque tem caráter, tem humildade, tem respeito, sabe respeitar e ser respeitado. E o que a gente viu aqui por parte de algumas pessoas, nesse processo aí do debate do IPTU, foram pessoas pobres, pessoas que mesmo tendo muito



dinheiro são pobres. Não estou falando de todos, mas eu estou falando de algumas que não respeitam, não se dão... Não respeitam e, por isso, não têm crédito para serem respeitados também. Eu fiquei muito indignado com o manifesto contra o vereador Gilson Marques que tem todo o direito de votar contra, a democracia é assim. A democracia te dá o direito de discutir opiniões, é o debate de ideias. O que seria do vermelho, isso eu aprendi quando era criança, se todos gostassem do amarelo? Então, a verdade é que existem pessoas tirando proveito dessa situação para fazerem um ganho político. Pessoas que têm interesse político e estão tirando proveito dessa situação, da questão do IPTU... Estavam tirando, agora não vão poder mais tirar, para tirar... Para ter um ganho político em relação a isso. Mas eu quero dizer que para sentar aqui, vereador Flávio de Almeida, cada um dos vereadores que sentaram aqui nesta Casa, não só nessa legislatura, mas nas passadas também, inclusive nós temos alguns aqui no Plenário, como o Ronaldo Faria, o Zuca, são pessoas que conseguiram essa cadeira às custas de confiança, têm uma base eleitoral e que essa base eleitoral foi conquistada na base da confiança e a confiança não se quebra com discurso frágil. A gente continua mantendo contato com a nossa base, por isso que eu sempre digo aqui que nenhuma pressão vinda do Plenário vai me influenciar, por quê? Porque eu sei quem me colocou aqui. As pessoas que me colocaram aqui também sabem quem eu sou. Então, elas me respeitam e eu tenho certeza que a decisão do senhor foi movida por uma consciência própria, então, eu tenho que respeitar. A inteligência... O maior valor da inteligência é eu saber admirar vários pontos de vista sem, necessariamente, mudar o meu. E isso faz parte da democracia e, infelizmente, nós não vimos isso aqui. Eu só queria colocar isso, Senhor Presidente, me desculpa que eu estava engasgado, e a gente sabe que no Grande Expediente, às vezes, muita gente já saiu. E eu quero dizer que eu respeito as pessoas



que discutiram a ideia, as pessoas que até, às vezes, de uma forma sem má intenção, mas houve um atrito, como o nosso amigo ali que a gente já conversou. Eu respeito e eu sei também que o momento político da nossa sociedade implica nisso, não é? Porque as pessoas estão vendo tantas manobras fiscais, tantas coisas para tentar encobrir problemas que não foi a população que criou, foram os administradores que criaram, então a população quer gritar. Mas tem gente, não é a maioria não, a maioria que estava aqui são pessoas que a gente viu respeitando e agindo até com inteligência, esperando o projeto ser votado, que era a coisa mais sábia a fazer. E tem sempre... Mas tem sempre uma meia dúzia de três ou quatro que, realmente, pensam que são alguma coisa, mas um dia vão descobrir que não são nada”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “vereador, o senhor me concede um aparte?”. O vereador André Vieira: “com certeza”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu fui citado, Senhor Presidente”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Presidente”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu fui citado”. O Senhor Presidente: “com a palavra a vereadora Ângela Lima”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “vereador, eu concordo com o senhor inteiramente. Nós temos aqui, nesse Plenário, pessoas que escrevem no jornal e que criticaram esta Câmara o tempo todo, inclusive falando que tinha certeza que a gente votaria os projetos no final do ano, nós votaríamos a toque de caixa. E está no Plenário para poder ver a gente votar a toque de caixa o IPTU, quer dizer, as pessoas têm que ser coerentes com aquilo que eles pregam, têm que ser coerentes com aquilo que eles pregam. Mas eu já ouvi dizer que nos corredores muda-se tudo, não é? A gente sai da sala com um pensamento, passa pelo corredor e muda o pensamento. Então, a gente acaba tendo que aceitar esse tipo de pessoas que fazem isso e fazem isso de uso político. Então, realmente, vereador, o senhor está coberto de razão quando o senhor defende o vereador



Gilson Marques que teve, não é? Pensou e chegou à conclusão que ele deveria votar a favor do IPTU. Então, tem que ser...”. O vereador André Vieira: “como eu já tive várias vezes”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “isso”. O vereador André Vieira: “o voto vencido aqui”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “justamente”. O vereador André Vieira: “sendo o único e vaiado pela plateia também, mas respeitado sempre pela Casa”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu também já tive voto vencido aqui também, não é? Então, isso aí faz parte da política, nós temos ônus e bônus. E que a gente saiba, realmente, usar com dignidade, com seriedade os momentos que a gente tem aqui nesta Casa, não é? Porque nós somos representantes do povo de Nova Lima. E nós queremos é que tudo aconteça bem para o povo de Nova Lima. Isso eu tenho certeza que a gente está aqui é a serviço do povo de Nova Lima. Obrigada, viu, vereador”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “o vereador Gilson pediu primeiro. Com a palavra o vereador Gilson, foi citado”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu queria agradecer os colegas que manifestaram a minha posição aí, mas dizer que eu não fui derrotado não. Eu estou muito consciente do meu voto, eu votei com aquilo que a minha consciência mandou, como eu disse aqui semana passada e como eu tenho feito o mandato todo. Tenho três anos de mandato nesta Casa, não sou vereador, estou vereador, essa cadeira não é eterna, nem minha, nem de ninguém que está sentado aqui, essa cadeira é do povo novalimense. Não sou vereador, estou vereador. Enquanto eu estiver aqui, eu vou votar com a minha consciência. Eu não me lembro, nesses três anos, de ter sentado com o prefeito para barganhar uma bala a troco de um voto aqui, é por isso que eu voto desse jeito. Quero ratificar a minha posição, eu não me sinto derrotado, muito pelo contrário, como o vereador disse, a gente tem que respeitar o voto e eu respeito o voto de cada um



porque cada um, até porque foi escolhido individualmente, cada um tem o seu direito de votar, mas eu ainda acredito que veremos a cidade pagar por isso. A discrepância é muito grande. Nós... Ainda a pouco o vereador cumprimentou um deputado que está aí na plateia, esse mesmo deputado foi convidado aqui para discutir a situação financeira do município, de onde surgiu o dinheiro para pagar o décimo terceiro da cidade, com o crédito que as empresas... Com o respeito que as empresas foram tratadas aqui, elas resolveram antecipar uma parte da dívida delas, não significativa, mas ajudou e ele conseguiu pagar o décimo terceiro. Esse deputado foi convidado de honra porque ele foi o majoritário nessa cidade na história, na esfera estadual, mas ele não veio, nem satisfação ele deu, mas hoje ele veio ver o IPTU. Talvez ele seja majoritário dessa pequena parte que veio manifestar e que nem teve o respeito de esperar a reunião acabar, como eu disse na semana passada, votou o que era de interesse dele, pé na cuia. E é isso que nós vamos ver aí a vida inteira enquanto estiver desse jeito”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Nélio Aurélio”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente, eu... Isso aqui é um parlamento, isso aqui, como eu disse, isso aqui, cada um vota como quer e com a sua consciência. E o vereador que votou contra o projeto, o voto dele é soberano. A votação popular lhe deu esse direito de sentar aqui, por isso que ele votou e ele sabe o que fez. Então, acho que todo voto aqui tem que ser respeitado. Eu, particularmente, sempre fiz isso nesta Casa. Quem sou eu para criticar voto de alguém para fazer de uma forma e não aceito que critiquem o meu porque o meu eu mudo ele quando eu entender que eu tenho que mudar porque nós não somos os donos da verdade em lugar nenhum. Nós, às vezes, pensamos que estamos fazendo o certo e, às vezes, estamos fazendo errado. E o meu eu mudo a hora que eu quero e tiro a assinatura a hora que eu quero, quando eu quero. E respeito de qualquer



um. E nunca cheguei num vereador e falei: ‘não faça isso, não faça isso’. Nunca fiz. Mas eu imploro vamos cumprir a pauta para nós terminarmos isso. Obrigado”. 5) O Senhor Presidente: “conforme deliberação plenária e aprovação com dispensa de interstícios na reunião ordinária do dia vinte e dois de dezembro de dois mil e quinze, coloco o Proposta Orçamentária de 2016, relativo ao Projeto de Lei nº 1.547/2015, que ‘Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Nova Lima para o exercício financeiro de 2016’”. O vereador Nélcio Aurélio de Souza: “deixa eu só fazer uma pergunta, por favor, a respeito do projeto? É porque tem muita emenda, não é? Como que a Sua Excelência vai conduzir, só para eu saber por que se for ler todas, parece que são mais de cinquenta”. O Senhor Presidente: “solicito ao Senhor Secretário a leitura das emendas apresentadas, de autoria do vereador Silvânio Aguiar. Em discussão...”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, é só questão de ordem”. O Senhor Presidente: “são as emendas, gente. Está correto aqui... Está...”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “a pauta está seguindo...”. O vereador Leci Alves Campos: “é só para informar, logo após a leitura das emendas do vereador Silvânio, em virtude de eu ter pedido vista nesse projeto, eu tenho uma emenda, então quando o...”. O Senhor Presidente: “o vereador vai retirar, você pode ficar tranquilo, ele vai tirar”. O vereador Leci Alves Campos: “não, é só para lembrar...”. O Senhor Presidente: “ele vai retirar as emendas dele”. O vereador Leci Alves Campos: “eu sei, Senhor Presidente, só para lembrar que antes de o Senhor colocar em votação, eu tenho que colocar e explicar a minha emenda”. O Senhor Presidente: “sim”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “no momento estão em discussão as emendas do vereador Silvânio Aguiar.



Com a palavra Silvânio Aguiar”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, durante o nosso mandato esse ano, nós fizemos várias interlocuções com a comunidade e dessas interlocuções surgiram várias demandas em que a gente tentou, em algum momento, traduzir em requerimentos, outras vezes em pedidos direto à Administração e de último, agora, a gente fez isso via emenda. Na última semana, eu estive no gabinete do prefeito, acompanhado do vereador Gilson Marques e nas conversas que a gente teve, nas conversas que nós tivemos, eu, o vereador Gilson e outros vereadores, o vereador Flávio, nós conversamos também, eu achei por bem tirar, retirar de pauta as emendas que eu estou sugerindo ao Orçamento e durante o período do ano legislativo eu irei fazer isso via requerimento e atendendo da mesma forma à comunidade, só que via requerimento. Sendo assim, eu vou tirar as minhas trinta e sete emendas. Vereador, o senhor falou que tinha mais de cinquenta, vai cair para vinte e poucas”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “caiu um pouco, vereador. Obrigado”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “com certeza. E eu volto a frisar que essa minha retirada das emendas foi fruto de um diálogo que aconteceu entre eu, o vereador Flávio, a vereadora Ângela e o prefeito, na conversa que a gente teve. Então, eu estou retirando essas emendas em função disso, e em função de esperar e entender que o prefeito vai nos atender com os nossos requerimentos dentro das possibilidades financeiras e administrativas da prefeitura”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, eu tenho cinco emendas verbais, estou avisando antes”. O Senhor Presidente: “Projeto de Lei nº 1.547/2015, que ‘Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Nova Lima para o exercício financeiro de 2016’ em sua primeira votação, em discussão...”. O vereador Leci Alves Campos: “espera aí. Espera aí, Senhor Presidente. O Senhor está colocando em votação, mal pergunte? Não, eu tenho uma emenda”. O Senhor Presidente: “sim,



tem. É logo em seguida”. O vereador Leci Alves Campos: “a minha emenda é ao 1.547”. O Senhor Presidente: “sim”. O vereador Leci Alves Campos: “posso entregar e explicar, Senhor Presidente? Não, eu vou entregar por escrito agora. Posso explicar?”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Leci Campos”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, eu vou passar para o Secretário uma emenda aditiva ao Projeto de Lei 1.547, pelo seguinte: na reunião passada eu pedi vista porque eu verifiquei que havia uma redução muito grande na despesa de pessoal com relação ao realizado em dois mil e quinze. Então, eu fiquei sem entender, Senhor Presidente, o porquê dessa redução grande no valor que será de despesa de pessoal. Então, Senhor Presidente, eu gostaria de fazer uma emenda, ela vai entrar no artigo 7º, onde resguarda o Legislativo Municipal de ser consultado pelo Executivo quando houver procedimento de demissão de servidores concursados, bem como a retirada de direitos e benefícios. Eu vou passar para o Senhor a emenda para o Senhor fazer a leitura e colocar em votação”. O Senhor Presidente: “leitura da emenda do vereador Leci Campos”. O Senhor Secretário proferiu leitura: “Emenda aditiva do gabinete do vereador Leci Campos. O vereador que esta subscreve, com assento nesta Casa Legislativa, nos termos do Regimento Interno, propõe a seguinte emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 1.547/2015. Art. 7º. Fica o Executivo impedido de proceder a demissões de servidores concursados, bem como a retirada de direitos e benefícios trabalhistas, sem a autorização do Legislativo Municipal. Obs. O anterior Art. 7º passará a ser o Art. 8º”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem. Às vezes, a gente passa até por chato, não é? Porque emendas têm que observar alguns quesitos e a gente começa a passar por chato na Casa. Ou então a gente faz igual todo mundo, igual o Brasil inteiro faz, abaixa a cabeça, vota e vai para casa, porque tem a compatibilidade,



não é? Então, eu acho que a gente votando do jeito que nós vamos votar aqui hoje, a gente pode amanhã receber os projetos e começar a votar porque tem que ter, no mínimo, uma técnica, não é? Acredito eu, não é? Mas para não passar como bobo, eu vou me abster. Eu vou me abster para não chatear as emendas que vão vim verbais porque sem compatibilidade é quase que impossível. É o mesmo que a gente cobra todo dia, nós cobramos do Executivo todos os dias, todos os dias, o respeito aos projetos. Uma emenda tem que vim anterior por isso. Mas eu acho que o senhor deveria ter consultado o Jurídico do senhor, eu acho, com as emendas verbais, não é? Mas se for para fazer igual o país todo faz, aí nós estamos exatamente no caminho”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “questão de ordem. O vereador Flávio tem razão, é porque é só emenda... Um Orçamento dessa grossura, num momento desse, a gente conseguir votar uma emenda fácil, verbal, ela tinha que estar dentro do bojo do projeto até para estudar lá atrás. Eu, por exemplo, toda emenda verbal, não fica chateado vereador nenhum comigo não, que eu vou me abster. Sendo verbal, em plenário, do Orçamento, eu não voto nenhuma”. O vereador Flávio de Almeida: “é, eu vou seguir esse caminho só para a gente não fazer o que a gente faz sempre, não é? O país faz, a gente passa a fazer e vai virando essa bagunça aí. Eu vou me abster com todo o respeito”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem, Senhor Presidente. Só avisar que eu, como Presidente da Comissão de Orçamento, a gente já analisou o projeto, conversou acerca das alterações que tivessem que ser feitas e, em relação às emendas, as que chegaram antes, inclusive, as do Silvânio a gente já tinha conversado sobre as que a gente ia concordar e as que a gente ia... As que eu ia me abster. E todas as emendas em relação à Lei Orçamentária, eu vou me abster, eu vou seguir o que já está no projeto. Só lembrando que desde o ano passado que nós assumimos a presidência, o que a gente



viu de errado, a gente conversou com o Executivo e foi adequado antes mesmo, sem precisar nem de emenda, da minha parte, entendeu? Então, eu vou me abster a todas”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, também questão de ordem. Eu li com detalhes os pareceres que foram feitos pela Comissão de Orçamento. Então, lá no parecer, eles já mantém tudo o que está falando aqui das emendas, dessas que eu estou com elas aqui. Então, os pareceres estão muito bem feitos, os pareceres que foram feitos pela Comissão de Orçamento e pelos assessores de orçamento da Casa, por isso também, eu vou me abster de todas as emendas propostas pela Casa”. O Senhor Presidente: “eu quero dizer que as minhas emendas estão corretas, entraram no prazo. Pediria a vocês que no momento exato da minha emenda, vocês, vereadores, prestem atenção porque nós não podemos dar um cheque em branco para o prefeito, prestem bem atenção. E as minhas emendas entraram no prazo legal”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, eu, como autor da emenda, posso falar?”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Leci Campos”. O vereador Leci Alves Campos: “o fato de eu apresentar essa emenda hoje foi em virtude de uma nova análise financeira que eu fiz após solicitar vista. Mas eu entendo, como o próprio vereador Nélio citou há um tempo atrás, a gente deve respeitar o voto de cada um, não é isso, vereador? Então, o Senhor, por favor, coloque em votação a minha emenda”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador Leci Campos. Presidente, o Senhor me permite? Vereador, eu entendi a emenda do senhor e entendo que ela é uma forma de proteger e isso é muito legítimo. Eu penso que é lúdica a questão que o senhor coloca em pauta, mas tem uma questão de orçamento aí que eu já discutia, inclusive, com o pessoal do Sindicato. Ora, se o senhor percebeu uma obscuridade, a palavra quase que não sai, mas foi, quase um gol, no Orçamento e eu acredito que foi a mesma que a gente conversou sobre, ou seja, nós



vamos ter uma arrecadação que não permite à Administração bancar a folha de pagamento dela dentro dos parâmetros que a gente tem ali, o senhor concorda comigo? A arrecadação do município, se você for comparar, e aí o senhor é da área financeira, com certeza o senhor vai entender, aliás, os outros também. Mas se a gente for pegar a arrecadação municipal e for comparar com o que tem se gastado com folha de pagamento, a gente sabe que a prefeitura não tem como bancar a folha de pagamento, dada a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso aí é claro para o Sindicato, é claro para o servidor, é claro para a gente, para nós que somos vereadores. Eu não sei, eu penso que, mais uma vez eu volto a repetir, eu vou votar com o senhor, inclusive, mas, a emenda é, no mínimo, preocupante porque se a Administração não consegue bancar essa folha, é obrigação nossa, enquanto vereadores, legisladores, fiscalizar a Administração do ponto de vista da Lei de Responsabilidade Fiscal e, ao mesmo tempo, eu coloco uma emenda ao Orçamento dizendo que o prefeito precisa tirar essa responsabilidade da mão dele e jogar na Casa. Eu, sinceramente, vereador, eu acho... Eu não entendo o porquê da emenda nesse sentido, mas isso aqui nós estamos tirando a responsabilidade do prefeito de fazer o papel dele e jogando nas nossas costas, porque o que vai acontecer? O dia que o prefeito falar assim: 'eu vou ter que mandar embora', vai vim todo mundo para a Câmara e vai falar assim: 'está mandando embora porque o vereador deixou mandar embora'. Eu, sinceramente, vereador, a sua emenda é perigosa para a Câmara Municipal. Não que eu esteja dizendo aqui que a prefeitura vai mandar embora, que vai fazer e vai acontecer. A prefeitura precisa de adequar a questão da arrecadação. Eu falo sempre com o Igor, que eu estava vendo ele por aqui, olha ele ali. Eu falo sempre com o Igor: 'olha, só tem duas formas de a prefeitura resolver essa questão do município com relação à questão de pessoal, ou ela melhora a arrecadação e



aí os servidores vão ter que ajudar nisso, ou ela melhora a arrecadação ou ela demite pessoas ou corta benefícios’. Existe outra forma? Eu sei que quem está me escutando, o servidor que agora está aqui na frente me ouvindo deve estar muito triste com a minha fala, mas se ele tiver uma outra fórmula de fazer isso, que venha aqui e traga para a gente porque amanhã...”. O vereador Flávio de Almeida: “o senhor me concede um aparte?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu te dou o aparte, vereador. Porque amanhã esta Câmara vai estar cheia de gente, de servidores que estão aqui lutando pelo emprego deles e não estão errado não, eles têm que estar lutando, sim. Mas, por um outro lado, eu sou fiscalizador desse governo, eu vou dizer para o prefeito: ‘prefeito, o senhor não está cumprindo com a Lei de Responsabilidade Fiscal’. E aí? Como que fica isso? O senhor vai votar a favor de demissões aqui? Eu acredito que não vá fazer isso. Então, eu penso que essa emenda... Eu entendo o objetivo dela que é preservar o emprego das pessoas, mas ela devia vim acompanhada com alguma coisa que dissesse assim: ‘vamos melhorar a arrecadação em X, Y e Z e vamos manter o emprego das pessoas’. E essa fórmula nem o senhor, vereador, nem eu, nem nenhum dos outros nove vereadores que estão aqui agora, nós temos, porque a arrecadação do município e não é só do município de Nova Lima não, a arrecadação tende a cair. Quem assiste os noticiários, quem acompanha a questão econômica, sabe que o município tende a perder receita. E aí eu trago essa... Eu tiro essa responsabilidade do prefeito e trago para nós da Câmara de vereadores. Eu tenho uma preocupação com essa emenda, mas entendo e respeito a emenda do senhor”. O vereador Flávio de Almeida: “vereador, o senhor me concede um aparte?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim. Perdão, vereador. O senhor me pediu um aparte e eu, aqui no afã de falar, esqueci. O senhor me perdoa. Eu concedo o aparte”. O vereador Flávio de Almeida: “bom, a Casa vai votar e, com



certeza, o prefeito vai rejeitar porque é inconstitucional. Ela não segue o rito e ela é inconstitucional mesmo. Se consultar o Jurídico desta Casa vai ver que ela é inconstitucional, mas mesmo assim, a Casa vota, mesmo sabendo que ela é inconstitucional, a Casa acompanha o voto. Aí fica uma pergunta, a gente tem que perguntar por quê... Até dói as perguntas que a gente faz de vez em quando, mas... Puxa vida, uma Casa, que é a Casa de Leis, vai votar algo inconstitucional? Independente do vereador que apresentou, se fosse vereador do PT, eu estaria com o mesmo discurso, todo mundo que me conhece sabe disso, independente do partido. Ela é inconstitucional, ela não segue o rito, mas mais uma vez, não é? Brasil afora a gente vai fazendo isso aí. E eu vou... Eu ia me abster, agora vou votar contra porque eu tenho a certeza que ela é inconstitucional. Obrigado”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente. Se essa emenda for aprovada na Casa, cabe ao prefeito aceitar ou vetar. Então, eu mantenho a minha emenda na íntegra e peço Vossa Excelência que coloque em votação, em virtude de uma preocupação deste edil para com o servidor público”. O Senhor Presidente: “em votação a emenda do vereador Leci Campos. Os vereadores que concordam permaneçam como estão”. O vereador Flávio de Almeida: “eu votei contra, anunciei antes”. O Senhor Presidente: “os vereadores que concordam permaneçam como estão”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu vou me abster”. O Senhor Presidente: “dois votos contra, uma abstenção. Quais vereadores votaram contra? Flávio...”. O vereador Leci Alves Campos: “Flávio e Ângela. Coxinha votou a favor”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu sou a favor da emenda”. O Senhor Presidente: “Ângela... Eu vou tirar a dúvida aqui. Contra: a vereadora Ângela Lima, o vereador Flávio de Almeida. A favor: seis vereadores a favor”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “não. Eu me abstive, o meu foi abstenção”. O Senhor Presidente: “abstenção do



vereador... Com a abstenção do vereador André Vieira. Então, cinco votos a favor”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu já me abstive antes. É aquela emenda?”. O Senhor Presidente: “é a emenda”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu já tinha me abtido”. O Senhor Presidente: “mas o vereador não estava em Plenário. Vocês vão me desculpar, mas... Aí o vereador vai reclamar comigo, o autor vai reclamar comigo. O senhor estava fora”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “se o Senhor não bateu o martelo, eu ainda posso votar, Presidente”. O Senhor Presidente: “não, mas já foi votado”. O vereador Flávio de Almeida: “mas ele se absteve antes”. O Senhor Presidente: “absteve?”. O vereador Flávio de Almeida: “antes”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “ainda falei antes que eu estava me abstendo”. O vereador Flávio de Almeida: “ele acompanhou”. O Senhor Presidente: “cinco votos contra. A emenda foi rejeitada. Projeto de Lei nº 1.547/2015, que ‘Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Nova Lima para o exercício financeiro de 2016’ em sua primeira votação. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, está em discussão a votação da LOA”. O Senhor Presidente: “sim, 1.547”. O vereador Leci Alves Campos: “isso. Em virtude da rejeição da minha emenda que diz com relação à redução muito grande de despesas com pessoal, com relação aos anos dois mil e dezesseis e dois mil e quinze, eu vou me abster da votação”. O Senhor Presidente: “continua em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Nove votos favoráveis...”. O vereador Leci Alves Campos: “oito votos, o vereador Gilson não está”. O Senhor Presidente: “o vereador Gilson não está em Plenário, oito votos favoráveis, com abstenção do vereador Leci Campos. Projeto de Lei nº 1.547/2015, que ‘Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Nova Lima para o exercício financeiro de 2016’ em sua segunda e última votação,



conforme emendas aprovadas, não aprovadas, não tem. Em discussão...”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, mantenho a minha abstenção”. O Senhor Presidente: “em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos, com abstenção do vereador Leci Campos. Encaminho o Projeto de Lei 1.547/2015 à sanção”. 6) O Senhor Presidente: “Proposta Orçamentária de 2016, relativo ao Projeto de Lei nº 1.548/2015, que ‘Dispõe sobre a Concessão de Auxílios, Contribuições e ou Subvenções Sociais’. Solicito ao Senhor Secretário a leitura das emendas apresentadas de autoria do vereador Leci Campos. O Senhor Secretário proferiu leitura: “Emenda aditiva do vereador Leci Campos. O vereador que esta subscreve, com assento nesta Casa Legislativa, nos termos do Regimento Interno, propõe a seguinte emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 1.548/2015. Art. 1º. Fica inserido no art. 1º do projeto de lei 1.548/2015 (tabela), o item Manutenção do Fundo Municipal Antidrogas, com o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), cujo valor deverá ser subtraído do item Manutenção Gabinete Secretário Desenvol. Social, o qual passará a ter o valor de R\$ 751.000,00 (setecentos e cinquenta e um mil reais)”. Em discussão, o vereador Leci Alves Campos: “Senhor vereador, é só para explicar para os nobres colegas, essa emenda aí aditiva do Projeto de Lei 1.548 é porque foi criado o Conselho Municipal Antidrogas e não foi colocado na planilha onde tem os valores para as subvenções. Então, daí a necessidade de ter um aporte para o Fundo Municipal Antidrogas. Então, tiraria cinquenta mil reais do Gabinete do Secretário de Desenvolvimento Social e passaria para o Fundo Municipal Antidrogas”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, eu vou acompanhar o vereador Leci Alves Campos nesta emenda. Esta emenda está correta”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, quero justificar o voto e vou acompanhar também o vereador Leci



Alves”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Silvânio Aguiar”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “perdão, Senhor Presidente, atropelou o senhor mais uma vez. Concordo com o vereador Leci Alves Campos a importância desta emenda e vou acompanhá-lo no meu voto. Só justificando aqui”. O Senhor Presidente: “em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos favoráveis, com abstenção da vereadora Ângela Lima. Solicito ao Senhor Secretário a leitura das emendas apresentadas de autoria do vereador Leci Campos, segunda”. O Senhor Secretário proferiu leitura: “Emenda aditiva. O vereador que esta subscreve, com assento nesta Casa Legislativa, nos termos do Regimento Interno, propõe a seguinte emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 1.548/2015. Art. 1º. Fica alterado no art. 1º do projeto de lei 1.548/2015 (tabela), o valor do item Manut. Política Mun. Direitos da Pessoa Idosa, o qual passará a ter o valor de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), a ser subtraído do item Manut. Dpto Geração Oportunidades, o qual passará a ter o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)”. Em discussão, o vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, é só para poder deixar claro aqui para os nobres colegas, se for feito uma análise de comparação da planilha por unidade orçamentária das despesas de dois mil e quinze para dois mil e dezesseis, a política municipal dos direitos da pessoa idosa, ela foi no ano de dois mil e quinze trinta mil reais e no ano de dois mil e dezesseis apenas mil reais. É um valor muito irrisório para cumprimento das Políticas Municipais do Direito da Pessoa Idosa. Então, para não dizer que teve um aumento grande com relação ao ano, estou repetindo os trinta mil reais do ano passado e fazendo aditivo, assim, tornando então para o ano de dois mil e dezesseis o valor de trinta e um mil, reduzido da Geração de Oportunidades que é um valor maior”. O Senhor Presidente: “coitado do idoso. De trinta passar para um mil. Não é isso vereador?”. O



vereador Leci Alves Campos: “isso”. O Senhor Presidente: “é, o idoso sofre demais neste país”. Em votação a emenda do vereador ~~Maria Ângela Dias Lima Pereira~~: [Peci Alves Campos](#), os vereadores que concordam permaneçam como estão”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu vou me abster, Presidente”. O Senhor Presidente: “senhor?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “vou me abster”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu também estou me abstendo”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “vou me abster, Presidente. Vou me abster também”. O Senhor Presidente: “com abstenções do Nélio Aurélio, da vereadora Ângela Lima e do André Vieira. Aprovado, sete votos favoráveis. Solicito ao Senhor Secretário a leitura das emendas apresentadas de autoria do vereador José Guedes”. O Senhor Secretário proferiu leitura: “Emenda aditiva modificativa ao Projeto de Lei do Executivo nº 1.549, de 30 de setembro de 2015. Modifica o artigo 3º do Projeto de Lei nº 1.549/2015. Altera disposição relativa ao caput do artigo 3º do Projeto de Lei do Executivo Municipal nº 1.549/2015, que Autoriza a Abertura de Créditos Suplementares no decurso da Execução Orçamentária de 2016 e dá outras providências, passando o artigo a vigor com a seguinte redação: Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado nos limites e nas condições previstas na Constituição Federal do Brasil, na Lei de Responsabilidade Fiscal e nas Resoluções do Senado Federal, desde que autorizado previamente pelo Legislativo”. Em discussão, o Senhor Presidente: “eu quero dizer que votando contra a emenda deste vereador, nós estaremos votando, autorizando um cheque branco para o Prefeito. Todos os anos que passaram, eu votei com este tipo de projeto porque... Não digo que o Cassinho seja irresponsável, mas a gente tem uma Câmara Municipal para fiscalizar. Não é correto o prefeito solicitar empréstimos principalmente sem a autorização da Câmara. Então, é isso que eu gostaria de pedir aos meus colegas, que



votassem favorável à minha emenda. Eu sempre fui contra esse tipo de projeto na Câmara, não somente contra o Cassinho, mas outrora eu sempre fiz isso. Continua em discussão”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, eu gostaria de cumprimentar vossa excelência pela autoria da emenda e já adianto o meu voto favorável pela corretíssima emenda apresentada”. O Senhor Presidente: “continua em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Com abstenção do vereador André Vieira”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, eu também vou me abster porque isso já está previsto inclusive no parecer feito pela Comissão de Orçamento”. O Senhor Presidente: “com abstenção da vereadora Ângela Lima. Oito votos favoráveis, com duas abstenções: vereadora Ângela Lima e o vereador André Vieira. Oito votos e duas abstenções. Quero fazer um agradecimento, não vou alongar, é um absurdo a Câmara assinar um cheque em branco para o prefeito com relação a este projeto. Obrigado”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente. Quero justificar o voto. Eu votei essa emenda com vossa excelência porque na semana retrasada, salvo engano, eu disse aqui da mesma coisa, quando daquele... Daquele não, daqueles servidores que ganham em casa sem trabalhar, da denúncia que eu fiz ao Ministério Público, quando ele manda os projetos para esta Casa e a gente vota, a gente vota para ajudar a cidade, mas vale lembrar que em determinadas situações tem que podar mesmo porque... E disse aqui semana passada de novo, o dinheiro público muitas das vezes é muito mal gasto, grande parte dele é jogada no lixo, grande parte dele. E esse é o nosso dever mesmo, quando está certo votar a favor, quando está contra votar contra. E eu quero compactuar essa emenda porque eu acho que precisa mais rigor com o gasto do dinheiro público”. O Senhor Presidente: “muito obrigado”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor



Presidente, eu, como sempre digo, eu estou aqui há quatro mandatos e eu me lembro que uma vez aconteceu isso na Casa e logo em seguida, até por inexperiência deste vereador, logo em seguida que a gente teve oportunidade, a gente... Eu não me lembro quais foram os vereadores, mas foram cinco vereadores que entraram com um projeto idêntico ao projeto de sua excelência. Então, eu estou parabenizando por ele porque isso é coisa natural na Casa, quando é projeto financeiro, empréstimo bancário, enfim, tem que ter autorização legislativa. Parabéns para a emenda”. O Senhor Presidente: “obrigado”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem para justificar o meu voto de abstenção, uma vez que no parecer da Comissão de Orçamento está previsto isso. A Comissão de Orçamento fez esta previsão, fez esta previsão, está lá, está lá na... Ele propôs isto. Previsão não, propôs isso na Comissão de Orçamento. A Comissão fez justamente em cima disso aqui. Então, isso já está no parecer que nós votamos favorável”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “me dá um aparte, vereadora? Me dá um apartezinho? Se está no contexto do Orçamento, a emenda não há nem necessidade, é evidente, mas como que nós vamos saber? O Orçamento está aí, mas não... Ele foi lido depois do... Só leu o parecer, não leu o conteúdo todo dele. Então, se está lá, realmente, é só o Presidente olhar e não há necessidade da emenda”. O vereador Leci Alves Campos: “eu gostaria de fazer uma pergunta para a vereadora. A senhora falou que nós votamos o parecer? A gente não vota parecer. Ah, nós tomamos conhecimento? Ah, está certo. Está certo.”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “vereador, o senhor se lembra que o parecer não veio para nós? Você está lembrado? E eu pedi que fosse enviado para os gabinetes, uma vez como que a gente ia votar um projeto se a gente não tinha lido o parecer... Os pareceres? Quer dizer, lido assim... Os pareceres não estavam conosco. O secretário leu todos os pareceres, eu pedi



e o Presidente mandou entregar em cada gabinete os pareceres. Então, no parecer favorável da Comissão de Orçamento, já faz alusão que deve ser mandado para a Casa”. O vereador Leci Alves Campos: “é porque a senhora falou assim: ‘votamos’. E a gente só vota parecer contrário. Aí, eu falei assim: ‘uai, será que o parecer está contrário?’”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “não. Os pareceres foram todos favoráveis. O senhor me desculpa, eu não me expressei corretamente. Só queria dizer que isso está no parecer”. O Senhor Presidente: “quero justificar aqui que eu fiz esta emenda, eu consultei o Jurídico da Casa e o Jurídico informou que está correto, por este motivo, eu confio no Jurídico da Casa, eu fiz. E não tem nada mais que o vereador fazer esta emenda, não há restrições sobre essa emenda. Sempre foi feito do mesmo jeito aqui na Casa, esta emenda e a Câmara o tempo todo aprovou”. O Senhor Secretário proferiu leitura: “Emendas ao Projeto de Lei nº 1.548/15 – “Dispõe sobre a Concessão de Auxílios, Contribuições e ou Subvenções Sociais”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Secretário, esse projeto já foi votado”. O Senhor Presidente: “não, não”. O vereador Flávio de Almeida: “não. Houve confusão anterior”. O Senhor Presidente: “não”. O vereador Flávio de Almeida: “a confusão foi lá atrás”. O Senhor Presidente: “o projeto do crédito, dos empréstimos já foi votado. Este é outro”. O vereador Leci Alves Campos: “uai, eu inclusive apresentei duas emendas na hora”. O Senhor Presidente: “pode ler esse troço aí...”. O Senhor Secretário continuou a leitura: “Os vereadores que esta subscrevem, com assento nesta Casa Legislativa, nos termos do artigo 192 do Regimento Interno, propõem as seguintes emendas ao Projeto 1.548/2015. Art. 1º. O art. 1º da Lei nº 1.548/2015 passa a ter a seguinte redação: “Art. 1º. Ficam concedidos, no exercício de 2016, os seguintes auxílios, contribuições e ou subvenções sociais: Parágrafo Único. Às Entidades a seguir relacionadas, ficam concedidas, também, no



exercício de 2016, auxílios, contribuições e ou subvenções sociais: Associação Canadá Esporte Clube (do Jardim Canadá); Associação dos Moradores do Jardim Canadá São Judas Tadeu; Cosmo Sport Clube; Sport Clube Morro Velho; Instituto de Desenvolvimento Local Interno Casa do Jardim; Organização não governamental ONG – Viva Vira-Lata; Associação dos Aposentados e Pensionistas de Nova Lima e Região; Continental Futebol Clube; Associação Ciência e Cultura Nova Lima; Juventus Futebol Clube Social; Projeto Mariinha; Associação Aposentados e Pensionistas Sindicato Trab. Ind. Extração de Ouro e Metais Preciosos de Nova Lima e Região; Associação Comunitária Amigos do Bairro Matadouro; Associação Comunitária Bairro Bela Vista; Associação Comunitária Bairro Ipê; Associação Comunitária Bairro Parque Aurilândia; Associação Comunitária Bairro Rosário; Associação Comunitária Bairro Vale da Esperança; Associação Comunitária Bairros Banqueta Bananal, Vista Alegre e Boa Vista; Associação Comunitária Bosque Residencial Jambreiro; Associação Comunitária Campo do Pires; Associação Comunitária Chácara dos Cristais; Associação Comunitária Conj. Habitacional Chácara Cristais; Associação Comunitária Conj. Habitacional Paulo Gaetani; Associação Comunitária de Honório Bicalho; Associação Comunitária do Bairro Alvorada e Parque Santo Antônio; Associação Comunitária do Bairro Cristais; Associação Comunitária do Bairro Fazenda do Benito; Associação Comunitária do Bairro Galo Novo; Associação Comunitária Mina D'água; Associação Comunitária do Bairro Nova Suíça; Associação Comunitária do Bairro Vila Operária; Associação Comunitária do Bairro Vila São Luiz; Associação Comunitária do Jardim Canadá – Pró Canadá; Associação Comunitária dos Amigos do Bairro Mingu; Associação Comunitária dos Moradores do Areião do Matadouro; Associação Comunitária Educacional Ágape em Mart. Campos; Associação Comunitária José de



Almeida – ACJA; Associação Comunitária Princesa Isabel; Associação Comunitária Santa Cruz; Associação Comunitária Santa Rita; Associação Comunitária São Sebastião das Águas Claras; Associação Comunitária Unidos do Bairro Cascalho; Associação da Guarda de Marujos e Congado de N. Sra. do Rosário; Associação de Ação Comunitária do Bairro Bela Fama; Associação de Beneficência à Comunidade; Associação dos Moradores do Bairro Bom Retiro; Associação dos Moradores do Bairro Vila Passos; Associação de Proteção e Assist. aos Condenados da Comarca de Nova Lima; Associação do Bairro Cariocas; Associação dos Amigos do Bairro Vila Padre Valeriano; Associação dos Moradores do Bairro Alto do Gaia; Associação dos Moradores do Bairro Olaria; Associação dos Servidores Públicos Municipais de Nova Lima; AERN - Associação Esportiva de Restauração Neemias; Associação Evangélica de Ensino e Assistência; Associação Moradores do Bairro Nossa Senhora de Fátima; Canto do Rio Futebol Clube; Casa de Caridade Espírita Paulo de Tarso; Casa Lar Bom Retiro; Centro de Assistência Social Edificando; Centro Recr. Atend. E Def. da Criança e do Adolescente; Comunidade Cristã Evangélica Nova Lima; COMUNDE - Conselho da Comunidade; Conselho da Comunidade Patronato; Conselho Municipal de Esporte; Corporação Musical União Operária; Creche Comunitária São Judas Tadeu; Creche Lar da Esperança; Creche Menino Jesus; Cruzeiro Futebol Clube; Guarda de Marujos de Nossa Senhora do Rosário; Instituto Arte e Viver; Lar dos Idosos Nossa Senhora de Lourdes – SSVP; Liga Mineira de Atletismo; Liga Municipal de Desportos de Nova Lima; NAT’S - Núcleo de Atendimento aos Toxicômanos; Núcleo de Valorização à Vida; Oficial Crianças e Adolescentes; Ong Verde Novo Rio das Velhas; Ong Novos Tempos; Quick Companhia de Dança; Retiro Esporte Clube; Sindicato dos T.I.E.O.M.P. Nova Lima; Sociedade Cultural Coral do Jambreiro; Sociedade



Filantrópica e Carnavalesca Marylou; Sociedade Musical Santa Efigênia; Sociedade Obras de Beneficência e Assist. Social e Cultural – SOBRAS; Sport Club Olaria; União Municipal Estudantes Secundárias Nova Lima; Vida Nova Comunidade Pentecostal.

Art. 2º. O art. 2º da Lei 1.548/2015 passa a ter a seguinte redação: Art. 2º. As Entidades sob a tutela desta Lei deverão requerer as contribuições, auxílios e ou subvenções sociais, provando suas atividades de prestação de serviços, assistência médica, social, cultural e educacional, sem o que não lhes serão deferidos os pedidos. Parágrafo Único. As entidades subvencionadas deverão apresentar, juntamente com seu plano de trabalho, documento comprobatório de utilidade pública municipal, bem como atender às exigências da Chamada Pública respectiva. Art. 3º. Ficam mantidas as demais disposições contidas no Projeto de Lei nº 1.548/2015. Paço do Legislativo Dr. Sebastião Fabiano Dias, em 10 de dezembro de 2015. José Geraldo Guedes”. Em discussão, o vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, é muito louvável a sua emenda, Senhor Presidente, citando as entidades a serem beneficiadas nesta Lei de Subvenção, contudo pode acontecer de entidades tradicionais que já recebem subvenção, que não estão sendo citadas na sua emenda e vão perder o direito em virtude do parágrafo único do artigo segundo, porque no artigo segundo o senhor citou: estas entidades. Então, o senhor está excluindo as entidades que não foram citadas. Então, vamos deixar muito claro, Senhor Presidente, que todas entidades têm o direito de participar da Chamada Pública, todas, todas entidades. Se a entidade cumprir os pré-requisitos que estiverem citados nos editais e aprovado pela Secretaria correspondente, aí sim, ela faz jus a receber subvenção se o Executivo permitir, porque o Executivo também é que define quanto que ele vai aplicar nesta verba de subvenção. Então, eu gostaria, eu não sei se a gente vai suspender a reunião, como é que nós vamos fazer, mas não podemos deixar de



colocar as entidades que não foram citadas, elas têm direito. Como é que fazemos, o Jurídico da Casa aí? Eu gostaria que me orientasse”. O Senhor Presidente: “eu quero dizer para o senhor não depende das emendas feitas pelo vereador, é de autoria... O restante que não foi citado é de autoria do prefeito. Eu tenho certeza absoluta disso. Eu tenho certeza absoluta disso. Estou com a palavra, vereador. Vocês têm que parar, quando a gente está falando, vocês interrompem, corta o raciocínio. Eu tenho certeza absoluta, já foi feito aqui há anos. Eu fiz um relato, eu citei essas. Isso aí é o prefeito, se quiser contemplar outras, o problema é dele, não é problema do vereador aqui não...”. O vereador Leci Alves Campos: “é problema nosso”. O Senhor Presidente: “eu estou certo nisso aí”. O vereador Leci Alves Campos: “é problema nosso, Senhor Presidente. Problema nosso porque nós temos entidades que a gente apoia. E outra coisa...”. O Senhor Presidente: “porque que o senhor não fez as suas emendas?”. O vereador Leci Alves Campos: “eu vou falar com o senhor porque que eu não fiz. Então, um minuto, por favor”. O Senhor Presidente: “não. Não precisa gritar não, fala baixo”. O vereador Leci Alves Campos: “eu não estou gritando, estou falando no microfone”. O Senhor Presidente: “o senhor está nervoso. O senhor está nervoso”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, a Lei Federal 13.019, de trinta e um de julho de dois mil e quatorze, impede que as entidades recebam subvenção sem participar da Chamada Pública. A partir...”. O Senhor Presidente: “o senhor está passando...”. O vereador Leci Alves Campos: “deixa eu terminar?”. O Senhor Presidente: “tá, agora o senhor está com a palavra. Está certo”. O vereador Leci Alves Campos: “prezados colegas, acontecia de nós, todos os vereadores, colocarmos os nomes das entidades...”. O Senhor Presidente: “o senhor me dá um aparte?”. O vereador Leci Alves Campos: “quando eu terminar eu dou... Quando a Lei Federal não existia. Eu gostaria até que o senhor me



ajudasse vereador Flávio. A Lei Federal é de trinta e um de julho de dois mil e quatorze, quer dizer, a subvenção de dois mil e quinze, que foi votada ano passado, é que passa a valer. Então, realmente, Senhor Presidente, eu tenho dúvidas sobre isso”. O Senhor Presidente: “eu sou sabedor disso, vereador”. O vereador Leci Alves Campos: “tá bom, Presidente”. O Senhor Presidente: “eu quero dizer para o senhor que eu tenho a Chamada Pública. Está anotado aqui, está no projeto. Terá a Chamada Pública”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, com todo respeito que o senhor me merece e pelo trabalho que o senhor tem nessa Casa e que tem com a cidade, mas eu também não consigo ver a oportunidade e o porquê dessas entidades. E concordo com o vereador Leci, ainda que respeite e entenda que o senhor queira contemplar algumas entidades, mas, por exemplo, eu não vi aqui uma entidade superimportante no município que são os Escoteiros, que eu sempre trabalho aqui pedindo, vou lá no prefeito...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Circo de Todo Mundo”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim. Então, eu fico imaginando porque eu não sei, isso aqui vai terminar por confundir...”. A plateia se manifestou. O Senhor Presidente: “eu estou pedindo ao senhor, por favor, silêncio”. A plateia continuou a se manifestar. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim”. O Senhor Presidente: “não senhor, não senhor. Colabora aí, entendeu? Nós vamos entrar em entendimentos aqui”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim. Eu acho que são várias entidades que não foram contempladas, que não significa dizer que elas não serão contempladas no decorrer do ano, mas eu sou obrigado a concordar e, aliás, faço isso porque entendo que foi... Olha, se já tem uma lei que fala que a entidade vai participar de uma Chamada Pública, que necessidade tem? Eu acho totalmente inócuo. Exatamente, eu acho que ainda vai confundir a cabeça das entidades. É nesse sentido, Senhor Presidente, mais uma vez, respeitando aqui a vontade



do senhor, o trabalho que o senhor teve para fazer isso aqui, eu vou me abster em função de acreditar que talvez seja inadequado fazer essa nomeação das entidades, uma vez que nós temos tantas outras entidades que prestam serviços iguais ou de melhor valor para a comunidade do que essas aqui. Respeitando todas que o senhor colocou, mas, mais uma vez eu volto a citar, o rapaz ali falou do Circo de Todo Mundo, eu falei... A gente sempre trabalha aqui em prol dos Escoteiros e tem tantas outras entidades no município". A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: "questão de ordem, Senhor Presidente". O Senhor Presidente: "quero dar uma explicação aqui. Estas entidades não excluem as entidades na Chamada Pública. Nós vamos fazer, está no projeto aí. Eu queria... Eu gostaria de dar esta explicação. O Flávio pediu a palavra, senhor?". O vereador Flávio de Almeida: "pedi. Não está difícil de chegar num acordo não, não é? A fala do vereador Leci, no final, quando ele coloca o texto ali, ela é perfeita. É só fazer a... É só adequar a fala. Só mexer no artigo só, não tem dificuldade não. Com a Dra. Delma e a fala do vereador Leci, rapidinho conserta. O senhor não tem dificuldade não. Ajeita o projeto". O vereador Nélio Aurélio de Souza: "só questão de ordem". O vereador Leci Alves Campos: "o senhor deixa eu explicar, Senhor Presidente?". O Senhor Presidente: "como?". O vereador Leci Alves Campos: "o senhor deixa eu explicar?". O vereador Flávio de Almeida: "deixa o vereador Leci...". O Senhor Presidente: "deixa eu explicar para o senhor, haverá a Chamada Pública, não serão excluídas as entidades que estão na minha relação aqui". O vereador Leci Alves Campos: "posso falar, Senhor Presidente?". O Senhor Presidente: "pode falar, o senhor está com a palavra". O vereador Leci Alves Campos: "é só o seguinte, eu gostaria até que a Dra. Delma e o Dr. Luciano ficassem atentos. Quando você coloca um parágrafo em um artigo, o parágrafo diz do artigo. Eu não sou advogado, mas eu acho que é assim.



Não é isso, Dr. Luciano? Então, se o senhor colocou um artigo... Um parágrafo dentro de um artigo, falando ‘as entidades’, são as citadas neste caso, então as outras vão ser excluídas da Lei, com certeza”. O Senhor Presidente: “lógico que não”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “o senhor me concede um aparte? O senhor me concede?”. O Senhor Presidente: “lógico que não. Aqui na Câmara é o seguinte...”. O vereador Leci Alves Campos: “então está mal feito o negócio”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “o senhor me concede um aparte?”. O Senhor Presidente: “não está mal feito, vereador, não está. Este vereador não faz coisa mal feita não. Eu posso até errar, eu posso até errar, mas tentando acertar. Eu não faço coisa... Eu não faço coisas desdenhas aqui na Câmara não. O senhor tem que me respeitar. Eu nunca fiz coisas erradas aqui não. Então, não vou ficar alongando nisso aí, eu tenho a minha opinião, o senhor tem a sua. Eu acho que eu estou certo, já foi feito aqui anteriormente, anos atrás, isso aí. Então, eu não vejo que estou prejudicando não. Na Chamada Pública, o senhor tem o direito de colocar as entidades que faltam aqui na minha relação, certo?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem. Eu concordo com o vereador Leci Campos, corretíssimo. E a Chamada Pública é aberta a todas as instituições”. O Senhor Presidente: “exatamente”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “o prefeito querendo ou não, desde que ela apresente o projeto dentro de todos os itens solicitados e ela for aprovada, ela vai participar e vai buscar a sua subvenção. E quero alertar o seguinte: foi citado aí ‘Creche Lar da Esperança’, ‘Creche Menino Jesus’, não são creches mais, são centros educacionais, Centro Educacional Lar da Esperança, Centro Educacional Menino Jesus, porque já não são mais creches, são centros educacionais e que pertencem ao município”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereadora, a senhora me cede um aparte?”. A vereadora Maria



Ângela Dias Lima Pereira: “pertencem ao município”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “a senhora me cede um aparte?”. O Senhor Presidente: “deixa eu dar uma explicação: o CNPJ é o mesmo, vereadora, das entidades”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “a senhora me cede um aparte, vereadora?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “perfeitamente”. O Senhor Presidente: “o CNPJ é o mesmo”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “ouvindo o vereador, mais uma vez dizendo, respeitando o pensamento dele, mas ouvindo ele dizer assim: ‘se todas as entidades podem participar’, eu queria entender a necessidade de ter estas entidades com a nomenclatura delas aqui. Se toda entidade pode participar porque que eu vou colocar essas aqui?”. O Senhor Presidente: “eu quero dizer para o senhor que esta relação, no ano passado, eu entrei com essa relação, correu tudo normal. Eu tenho essa relação aí. O vereador que quiser escrever na audiência pública, escreva. Não é porque eu tenho preferência não, é porque esta relação é minha desde os anos anteriores”. A plateia se manifestou. O Senhor Presidente: “eu peço ao senhor, mais uma vez, para manter a ordem aqui, o senhor respeita, é a terceira vez que eu chamo atenção. Eu não gostaria de ter que agir como eu agi semana passada. Está avisado”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem. Será que o senhor poderia interromper a reunião durante três minutos?”. O Senhor Presidente: “perfeitamente”. O vereador Flávio de Almeida: “que aí a gente chega num acordo...”. O Senhor Presidente: “três ou dez ou vinte”. O vereador Flávio de Almeida: “é coisa rápida, só para a gente chegar num...”. O Senhor Presidente: “perfeitamente. Perfeitamente. Está suspensa a reunião por cinco minutos”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente, das subvenções que vem todos os anos para a Casa, realmente consta o nome de todas as entidades, mas parece que o Executivo mandou e não fez uma adequação, porque a vereadora Ângela já falou que



tem duas entidades que nem se faz mais uso”. O Senhor Presidente: “elas continuam com o mesmo CNPJ”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “agora, se quiser receber o dinheiro, porque lá é um bojo, por isso que tem muitas entidades que não vê o dinheiro, não é isso?”. O Senhor Presidente: “vereador, está suspensa a reunião”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “então vamos lá que depois...”. O Senhor Presidente: “depois o senhor pode expor”. Decorrido o tempo de suspensão da reunião, o Senhor Presidente: “vamos reiniciar a nossa reunião, chamando o vereador Leci Campos para secretariar para a gente aqui a reunião. Como eu sou um vereador, sempre fui democrático nesta Casa, atendendo à solicitação do vereador Flávio de Almeida, não concordei muito com o que foi dito aqui, mas como eu tenho um apreço muito grande pelo senhor, eu vou concordar que coloque todas as entidades”. O vereador Leci Alves Campos: “vou fazer novamente a leitura do artigo segundo: “Art. 2º. As Entidades sob a tutela desta Lei, bem como as demais entidades do município, deverão requerer as contribuições, auxílios e ou subvenções sociais, provando suas atividades de prestação de serviços, assistência médica, social, cultural e educacional, sem o que não lhes serão deferidos os pedidos”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “questão de ordem, só um minuto. O que a sua excelência leu é legítimo, mas muito tempo a gente vê na Casa que as pessoas vão, chegam lá, não tem dinheiro. Estou certo ou estou errado? Se pudesse... Isso é uma emenda que está pondo, que está fazendo? Se pudesse, na Chama Pública já punha o valor da entidade para receber, para ela não ser ludibriada. Então, está bom. Está ótimo, vereador”. O Senhor Presidente: “convido o vereador Silvânio para retornar ao seu cargo de Secretário”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “uai, vereador, foi rápido demais, uai”. O vereador Flávio de Almeida: “nem esquentou o lugar”. O Senhor Presidente: “em discussão a emenda de minha autoria. O vereador Flávio de Almeida:



“questão de ordem, Senhor Presidente. Senhor Presidente, agradecer ao senhor por nos ouvir, isso só mostra que o senhor realmente é democrático. O senhor vem falando e o senhor vem mostrando isso a cada dia, então, obrigado pelo senhor ter aceitado a opinião”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem. Eu vou chamar atenção de novo para Creche Lar da Esperança, Creche Menino Jesus, não é mais creche, é Centro Educacional Lar da Esperança, Centro Educacional Menino Jesus e estas duas entidades já fazem parte do núcleo de escolas municipais, do núcleo de escolas municipais”. O vereador Leci Alves Campos: “vereadora, a senhora me dá um aparte? É só para fazer um comentário juntamente com o que a vereadora Ângela Lima está dizendo, é mais uma prova que para receber a subvenção vai ter que participar da Chamada Pública porque quando chegar uma entidade lá que não existe, como você citou, vereadora, ela não vai ser contemplada com a subvenção. Então, é mais uma indicação aqui para o Plenário, para a plateia, para as pessoas que estão em casa assistindo, que o direito a participar da Chamada Pública é de todas entidades, desde que preencham os pré-requisitos que estarão descritos nos editais para a Chamada Pública”. O Senhor Presidente: “vou fazer uma emenda aqui, eu vou excluir as duas creches, fui orientado aqui, que como a vereadora disse, ela já fez o relato dela, excluindo as duas creches. Em votação as emendas do vereador José Guedes. Os vereadores que concordam permaneçam como estão”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu voto contra. Eu voto contra”. O Senhor Presidente: “nove votos favoráveis...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu também voto contra”. O Senhor Presidente: “obrigado”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu vou me abster”. O Senhor Presidente: “sete votos favoráveis, uma abstenção e dois votos contra. Abstenção do vereador Gilson Marques, votou contra: a vereadora Ângela e o vereador



André Vieira. Sete votos favoráveis”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente, só questão de ordem”. O vereador Gilson Antônio Marques: “justificativa de voto”. O Senhor Presidente: “obrigado aos vereadores que votaram favoráveis às minhas emendas”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “questão de ordem, Presidente. Só para contribuir com o seu trabalho, já são vinte e uma e dez. O senhor podia prolongar a reunião um pouco porque já venceu três horas. Só estou contribuindo com o seu trabalho. Prolongar ela mais meia hora ou quarenta minutos para acabar porque já venceu três horas da reunião”. O Senhor Presidente: “a Dra. está me dizendo aqui que não completou as três horas ainda não. Começou às dezoito e trinta”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “no meu entendimento, como passei por aí é nas dezoito horas, mas...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “justificativa de voto, Senhor Presidente. Eu me abstive dessa emenda porque como discutido ali atrás e como é de conhecimento de todos, se é prerrogativa do prefeito... Aproveito para deixar um recado aí a todas instituições que estão com documento pendente, arranjem documento e firma lá em cima do prefeito, todo mundo tem direito”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem, Senhor Presidente. Só deixar claro, como Presidente da Comissão de Orçamento, o Orçamento é, acho que sabido, é a forma que o Prefeito, com a sua assessoria, com a sua equipe técnica, ela destrincha o que arrecada e a maneira que vai gastar. Você mexer em valores é complicado. Como eu já tinha analisado, juntamente com a Comissão, vereador Gilson Marques, vereador Alessandro Coxinha, por isso eu já decidi que eu iria me abster. O único que eu saberia que passaria aqui e estava também no parecer favorável era com relação à empréstimo, mas no mais, no meu ponto de vista, é bom deixar claro para não criar uma ilusão, não está dizendo que estas empresas vão ganhar... Que estas entidades vão receber nada não, existe algumas



entidades que sempre foram beneficiadas com valores, como Casa Rosal, o Hospital Nossa Senhora de Lourdes, o próprio Villa Nova, que vinham com a verba destinada, essa é a verba carimbada. Essas entidades, na verdade, eu posso colocar aqui também, um montão só para poder dizer: ‘olha, estou fazendo’. E é a mesma coisa com relação a qualquer emenda no Orçamento porque o Orçamento é uma prerrogativa do Executivo. Cada um no seu lugar. Então, fica complicado porque às vezes... Eu estava até explicando para o rapaz do Circo, que é realmente uma entidade séria, e deu a entender mais ou menos que ela não ia receber. Não. Vai receber. Toda entidade que estiver correta, que participar da Chamada Pública vai receber, se tiver dinheiro e... Eu acho que é até por isso que ele não colocou nem as destinadas, por conta de que a forma de divisão vai ser feita de acordo com o que o prefeito acha, como sempre foi. Até as destinadas aqui, nessa questão, a Lei dá a ele a prerrogativa para ele remanejar a verba. Então, é bater na porta da prefeitura mesmo, que é lá que você vai conseguir”. O Senhor Presidente: “eu quero fazer... O senhor terminou?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “terminei, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “eu quero fazer um relato que isso aí é chover no molhado, sempre foi e sempre será destinado às entidades. O prefeito, geralmente, olha as necessidades e apadrinhamentos, sempre foi assim. Que dia que o Cassinho aprovou uma emenda do vereador José Guedes? E eu sempre trabalho aqui com seriedade, sempre lutando. Que dia? O Nélio esteve lá dez dias, ele me contemplou. Dez dias. O Cassinho nunca, nunca. O Cassinho me persegue, tudo o que eu peço na prefeitura, ele não libera. Outro dia um funcionário do Pátio disse para a associação aí que todos os pedidos do José Guedes seriam negados. Então, ele pode negar, ele pode negar, mas eu vou continuar do jeito que eu sou nesta Casa há vinte e três anos. Eu não vou abaixar a cabeça para Cassinho, eu nunca abaixei para prefeito



nenhum, quem me conhece sabe disso. Então, se ele me perseguir, ele está perseguindo as entidades. Eu nunca fui pedir Cassinho nada para mim, nunca. Sempre eu vou lá e ele me elogia: ‘você vem aqui pedir para as entidades, para a cidade’, mas não faz, é perseguição política. Isso é problema dele. E eu vou continuar sendo o José Guedes firme aqui, ainda mais que eu sou Presidente aqui. Eu não vou abaixar a cabeça jamais para prefeito nenhum. O dia que eu tiver que abaixar e concordar com erros, eu peço demissão na mesma hora. Projeto 1.548 em primeira votação, conforme emendas aprovadas. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Projeto aprovado por dez votos. Em segunda e última votação, conforme emendas aprovadas. Em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Resultado da votação: dez votos. Encaminho o Projeto de Lei 1.548/2015 à sanção”. 7) O Senhor Presidente: “Projeto de Lei nº 1.549/2015, que ‘Autoriza a Abertura de Créditos Suplementares no decurso da Execução Orçamentária de 2016’, conforme emenda aprovada, em sua primeira votação, em discussão, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado por dez votos. Projeto de Lei nº 1.549/2015, que ‘Autoriza a Abertura de Créditos Suplementares no decurso da Execução Orçamentária de 2016’ em sua segunda e última votação, conforme emenda aprovada. Em votação, em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos. Encaminho o Projeto de Lei 1.549/2015 à sanção. 8) O Senhor Presidente: “Proposta Orçamentária de 2016, relativo ao Projeto de Lei nº 1.550/2015, que ‘Autoriza a Revisão do Plano Plurianual – PPA 2014/2017’ em sua primeira votação”. O vereador Leci Alves Campos: “põe em discussão, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “outra vez o senhor está passando o carro na frente dos bois”. O vereador Leci Alves Campos: “o senhor falou ‘em votação’”. O Senhor



Presidente: “o senhor espera. O senhor está me irritando hoje”. O vereador Leci Alves Campos: “desculpa”. O Senhor Presidente: “na próxima eleição, se o senhor ganhar, o senhor candidata a presidente”. O vereador Leci Alves Campos: “não, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “em sua primeira votação. Em discussão”. O vereador Leci Alves Campos: “ah, bom”. O Senhor Presidente: “eu tenho que acompanhar... Ah, bom, não. Eu tenho que acompanhar o que está aqui, no papelzinho aqui”. O vereador Leci Alves Campos: “então, já posso falar?”. O Senhor Presidente: “em votação”. O vereador Leci Alves Campos: “em discussão. Posso?”. O Senhor Presidente: “em discussão”. O vereador Leci Alves Campos: “muito obrigado. Bom, o que que é o Plano Plurianual? É um plano onde é um instrumento de administração e de planejamento ao longo de quatro anos. Vocês acreditam que o Plano Plurianual está contemplando uma previsão de receita em dois mil e dezessete de setecentos e cinquenta e oito milhões? O prefeito que vai entrar está com uma sorte danada, ele vai ter setecentos e cinquenta e oito milhões. Então, foi previsto no Plano Plurianual dois mil e quatorze, setecentos e vinte, que deu no que deu. Dois mil e quinze, seiscentos, deu no que deu. Dois mil e dezesseis votamos hoje, quatrocentos e sessenta. E para dois mil e dezessete, quase trezentos milhões a mais do que dois mil e dezesseis. Realmente, eu entendo que é uma previsão fora do normal. Eu voto contra”. O Senhor Presidente: “continua em discussão”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, eu vou me abster da votação”. O Senhor Presidente: “em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. O vereador Fausto votou contra? Absteve. O vereador Leci contra. Oito votos favoráveis, com abstenção do vereador Leci e contra: o vereador Fausto”. O vereador Gilson Antônio Marques: “justificativa de voto, Senhor Presidente”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, foi ao contrário.



Senhor Presidente, foi ao contrário. Eu me abstive e o vereador Leci votou contra”. O Senhor Presidente: “obrigado pela correção”. O vereador Gilson Antônio Marques: “Senhor Presidente, eu pedi justificativa de voto. Eu estou votando a PPA porque mesmo com a explanação do nobre colega, a PPA é uma mera previsão, não tem orçamento nenhum dotado dentro dela. E com esse país ruim que vivemos aí, o que nos resta é a esperança. Obrigado”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem, Senhor Presidente. Mais uma vez, só para não parecer que a gente está aqui aprovando um Orçamento de setecentos como foi aprovado e eu fui contra, inclusive, da outra vez. Realmente o vereador Gilson tem razão. O vereador também tem razão, que citou o disparate, mas o prefeito para ele poder mexer no Orçamento de dois mil e dezessete, primeiro ele vai ter que ganhar a eleição e, no final do ano, aí sim, nós vamos votar o Orçamento do próximo ano, esse sim vai valer. Isso daí não vale de nada. E esse PPA, ele foi feito para corrigir o desacerto que já estava em relação ao projeto passado”. O vereador Leci Alves Campos: “senhor vereador, só para poder o senhor concluir, quem vai apresentar o Orçamento de dois mil e dezessete é o atual prefeito”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “é o atual prefeito, mas ele... Mas esta Casa... Mas eu falei isso, vai ser no final do ano, eu falei isso. Eu estou falando que para ele administrar com os dois mil... Qual é o valor mesmo?”. O vereador Leci Alves Campos: “o novo?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “este de dois mil e dezessete”. O vereador Leci Alves Campos: “setecentos e cinquenta e oito milhões”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “então, para ele administrar com este valor, ele tem que ganhar a eleição, é o que eu estou dizendo”. O vereador Leci Alves Campos: “senhor vereador, eu vou até guardar este Plano para eu conferir no final do ano”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “então, no final do ano o que vale é o projeto que a gente vai votar e o que vai



determinar é o que acontecer na economia da cidade ao longo desse ano. Então, isso daí é só fantasioso. O importante desse PPA, eu estou falando como Presidente da Comissão de Orçamento, o importante desse PPA foi justamente a correção que foi feita em relação a este mesmo tipo de erro relacionado aos Orçamentos passados. Então, a correção foi feita, inclusive por isso abaixou o Orçamento previsto para o ano que vem, que era um Orçamento muito alto, chegou à conclusão que não iria alcançar e teve que abaixar e com isso teve que corrigir todo o PPA. Então, é só para não parecer mais uma vez que a gente está aqui votando uma coisa absurda. Obrigado”. O Senhor Presidente: “eu quero justificar meu voto. Ele pode colocar até um bilhão, é uma previsão”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu quero concordar com algumas falas e discordar de outras, mas expor a minha opinião com relação a esta questão da previsão para dois mil e dezessete. O vereador Leci foi muito prudente porque não dá para dizer que é uma previsão fantasiosa porque é em cima dessa previsão que a administração vai trabalhar para elaborar os projetos para dois mil e dezessete. Então, nós vamos trabalhar também projetos fantasiosos, eu penso que isso não seria interessante. Aí, os vereadores poderiam me perguntar assim: ‘ah, mas então porque você votou a favor?’ Eu não votei a favor porque a esperança é a última que morre, mas eu votei a favor porque eu quero acreditar que os funcionários públicos de Nova Lima, que nós vereadores, que o cidadão dessa cidade, vai nos ajudar. A discussão, vereador Leci, quando vem aqui dizer assim: ‘como que vamos fazer com a Lei de Responsabilidade Fiscal?’. Não é? Porque ano que vem nós vamos ter esse problema, é inevitável, isso vai acontecer o ano que vem. Eu penso que é uma missão para todo mundo, para todo mundo, para todo mundo que mora nessa cidade, que acredita nessa cidade, para o prefeito, para nós vereadores, para você que está sentado aqui, para você



que está me ouvindo de casa. Não adianta falar que a cidade está afundando, que a cidade vai acabar, porque a cidade não vai acabar, nós vivemos nessa cidade. E aí, eu vou votar a favor porque eu quero acreditar que nós vamos conseguir criar possibilidades de ter um Orçamento, quem sabe, de setecentos e vinte milhões... Setecentos e cinquenta, setecentos e cinquenta, se Deus quiser, eu espero. Mas quero acreditar que a gente vai trabalhar nesse sentido para que isso se torne realidade. As políticas públicas vão ter que ser trabalhadas para setecentos e cinquenta e oito milhões”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “o senhor me concede um aparte?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “aparte concedido, vereador”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “só ressaltando que no final do ano volta tudo: PPA, Orçamento. Então, se não estiver de acordo com o andamento e com a previsão vai ter que mudar, não tem jeito. Então, o que importa no momento, e essa foi a minha análise que eu fiz, é a previsão orçamentária para o ano que vem, entendeu? PPA é realmente uma coisa técnica de quatro em quatro anos que é feita. Obrigado”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente, o verdadeiro PPA está igual ao dólar, põe ele em votação”. O Senhor Presidente: “em votação...”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Presidente, eu só me abstive para que isso torne-se já um alerta para a gente, viu? Para nós não cairmos em outra igual a que nós caímos no ano passado”. O Senhor Presidente: “em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Com abstenção do vereador...”. O vereador Flávio de Almeida: “Fausto”. O Senhor Presidente: “com a correção, Leci: contra. Oito votos favoráveis. Encaminho o Projeto de Lei 1.550/2015 à sanção”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem. Por falar de previsão, vou fazer um agradecimento. Agradecer à Polícia Militar, à Guarda Municipal por ter ajudado Vossa Excelência a manter ordem na Casa hoje. E vou pedir



ao senhor autorização para que eu possa sair porque eu e o vereador Gilson estamos aqui desde oito e meia da manhã. Eu já cheguei no meu limite, estou cansado mesmo e não é por idade não, é por cansaço mesmo”. O Senhor Presidente: “eu também gostaria de agradecer o apoio da Polícia Militar e da Guarda Municipal. Sempre que a Câmara requisita, faz a solicitação, eles estão ao nosso dispor. Obrigado”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, eu gostaria de aproveitar o momento e desejar aqui aos nobres vereadores, que eu estou vendo que já tem alguns se ausentando, mais um ano que nós passamos juntos, agradecer também ao público presente, agradecer as pessoas que nos assistem de casa, desejando a todos um feliz ano novo de muita paz, saúde, e vamos encarar os desafios do ano que vem, com certeza serão muitos, que conseguimos transformar estes desafios em conquistas e realizações. E também, Senhor Presidente, eu gostaria de parabenizá-lo pela sua postura neste ano de dois mil e quinze e dizer para o senhor que em nenhum momento eu me arrependi de ter votado no senhor para Presidente desta Casa”. O Senhor Presidente: “muito obrigado”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “espero que no ano que venha, o senhor mantenha este pulso firme e conduza esta Casa da melhor maneira possível, com dignidade, clareza, transparência, que o senhor comandou este ano. Muito obrigado”. O Senhor Presidente: “muito obrigado”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente. Para além de todos os agradecimentos que o vereador Fausto e demais vereadores fizeram aí, queria fazer um agradecimento especial ao pessoal da Secretaria de Obras, que o ano inteiro esteve presente neste Plenário prestigiando nosso trabalho. Compactuar a fala de vossa excelência, vereador Fausto, e dizer que graças a Deus, mais um ano se finda, estamos vivos aí no meio desse Vietnã que é esta Casa, mas estamos vivos para começar outra guerra ano que vem, se Deus quiser. Bom ano novo a



todos. Eu também peço licença para me retirar, como o vereador Flávio disse, eu estou nessa Casa desde oito e meia da manhã”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, desejar a todos um feliz ano novo, que realmente em dois mil e dezesseis a gente possa ter mais harmonia na Casa porque eu acho que isso é muito importante: a harmonia na Casa. Eu gostaria de solicitar ao senhor, Presidente, que a correspondência que o senhor recebeu hoje da Coopernova, que o senhor dedicasse uma leitura bastante minuciosa dela para o senhor poder dar uma resposta para a cooperativa Coopernova porque eles estão aguardando do senhor uma resposta. Então, eu gostaria de solicitar ao senhor que a correspondência que foi lida hoje, que o senhor desse esta resposta para a cooperativa”. O Senhor Presidente: “eu quero frisar bem que eu não posso dar resposta nesse sentido. Eu tenho na minha mesa uma relação com seis solicitações. Eu, como vereador Presidente da Câmara, eu, simplesmente, amanhã, nós passaremos a sobra da verba da Câmara para o prefeito. Amanhã, no máximo tardar, depois de amanhã, na parte da manhã. Então, eu não posso fazer compromisso, perante a lei eu não posso indicar, eu não posso dar apoio para uma entidade somente”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “não, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “são seis solicitações que estão encima da minha mesa, não é só o problema do pessoal do transporte. Então, eu, dentro da lei, eu não posso falar para ele atender uma correspondência, não posso falar que eu vou dar apoio somente a esta entidade...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “ao pessoal que presta o serviço de transporte”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, eu não estou pedindo para o senhor dar, passar isto para a Cooperativa, eles queriam uma resposta e o senhor já deu. Parabéns, o senhor já deu”. O Senhor Presidente: “obrigado”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima



Pereira: “amanhã ou mais tardar, depois de amanhã, o senhor estará devolvendo à Prefeitura o dinheiro em excesso aqui da Câmara”. O Senhor Presidente: “graças a Deus, é lógico, isso. Eu volto a frisar que eu sofri uma pressão há três, quatro meses atrás e continua a pressão. Todo mundo que trabalha tem seu direito de receber. Eu atendi o pessoal do transporte aí oito vezes. É o hospital, é o futebol amador, é... São seis entidades que pediram. Eu não posso opinar que o Prefeito vai passar o dinheiro para A ou B, nós vamos devolver a quantia até o último centavo”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, também quero cumprimentá-lo pela condução da Casa durante este ano, desejando ao senhor e a família do senhor e aos demais vereadores, os que aqui não estão nesse momento, os que estão presentes, um ano novo cheio de muita paz, amor, tranquilidade e parabéns pela condução do senhor aqui. Quero também cumprimentar, eu tenho sido muito crítico à Administração Municipal, tenho batido muito, mas assim como o Gilson cumprimentou ali o pessoal do Pátio de Obras, eu também quero fazer isso. Nós tivemos algumas demandas que eu levei lá para o Santinho, mesmo nos momentos assim de mais crítica ferrenha nossa aqui, ele sempre nos atendeu, igual se estivesse atendendo com a gente aqui elogiando o governo. E quando eu falo o Santinho, eu falo de todo o Pátio de Obras, todas as pessoas que estão lá trabalhando. Quero também cumprimentar, e que fique registrado nessa Casa aqui, o Secretário de Educação. A gente fez aqui alguns questionamentos na penúltima reunião e eu tive notícias de que foram tomadas providências e providências para solucionar o problema. Então, eu penso que quando é para bater, a gente tem que bater, a gente tem que falar as coisas que são necessárias, eu acho que é papel do vereador colocar o que de ruim ou o que precisa ser feito na cidade, mas também quando é feito, eu acredito que a gente precisa reconhecer. Eu continuo reconhecendo as várias falhas da



administração, eu continuo reconhecendo as dificuldades financeiras do município que fazem com que em alguns momentos inviabilize questões do município, mas eu sou obrigado aqui a deixar registrado, especificamente a estas duas Secretarias, e não vou citar outras porque também não demandei nada para outras aqui, mas quero colocar especificamente a questão destas duas Secretarias que foram muito combatidas aqui, falei muito e cobre muito e quando a gente vê a coisa pelo menos ter um sinal de que vai acontecer, eu fico esperançoso de que o meu trabalho tenha um valor grande, não é mesmo, vereador Leci Campos? O senhor fez essa cara para dizer assim...”. O vereador Leci Alves Campos: “é que eu vou falar depois do senhor”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “então, vai lá vereador, vou ouvir o senhor com a maior paciência”. O vereador Leci Alves Campos: “eu quero cumprimentar o José Guedes que hoje ele disse que eu estou sem paciência com ele, mas faz parte, viu, Presidente? O senhor sabe o quanto que eu o estimo...”. O Senhor Presidente: “obrigado”. O vereador Leci Alves Campos: “e quantas vezes eu estive com o senhor nos momentos que o senhor mais precisou. Eu queria cumprimentar o Secretário, o Vice-Presidente, que fazem parte da Mesa Diretora, vereadores e cumprimentar quem está na plateia e quem está em casa assistindo TV Banqueta. Continue aí, continue sempre acompanhando o trabalho do seu vereador”. O Senhor Presidente: “eu também quero fazer o meu agradecimento a todos os funcionários da prefeitura e todos os funcionários da Câmara. Todos os setores têm as pessoas que agem corretamente e têm uma pequena parte que age de modo inadequado, isso é coisa do mundo. Então, eu tive algumas dificuldades aqui na Câmara, mas graças a Deus, a última reunião, penúltima reunião deste ano, dia doze nós estaremos reunidos aqui, uma reunião sobre a CPI, solicitada pelo vereador presidente da CPI, Flávio de Almeida. Então, nós, dia doze, estaremos aqui para reunirmos. E ser presidente aqui não



é fácil não, não é fácil, a gente tem que ter muita paciência. Às vezes, as pessoas não entendem o José Guedes, mas eu quero acertar, eu quero as coisas corretas e, às vezes, as pessoas vêm... À força não me leva, não consegue levar, eu não aceito pressão. Isso é um ensinamento do meu pai, meu pai era dez vezes mais bravo que eu. Então, a gente tem uma trilha correta, a gente enfrenta qualquer obstáculo”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem, Senhor Presidente, depois”. O Senhor Presidente: “eu quero novamente agradecer aos funcionários que contribuíram comigo aqui neste período que eu estou de Presidente. Com a palavra o vereador André Vieira”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu queria fazer também um agradecimento especial aos funcionários da Casa, mais especial ainda aos que são concursados, pela imparcialidade. Esta Casa, de vez em quando, entra em pé de guerra, mas eles sempre se conduzem de forma imparcial e isso é muito louvável. Quero parabenizar a todos os funcionários. E dizer que, é claro, a gente deseja um feliz ano novo a toda Nova Lima como também a nossa nação. A esperança é dito que é a última que morre, não é? Mas o que permanece mesmo é o amor. Então, quando a gente tem o amor, tem Deus no coração, então, a gente consegue se comportar de forma correta e ter esperança e colher fruto daquilo que a gente planta, essa é a grande verdade: hoje nós colhemos o que plantamos no passado e amanhã iremos colher o que plantamos hoje. Então, muitas das nossas ações aqui, ao longo desse ano, elas serão colhidas no futuro. E eu quero dizer que em dois mil e dezesseis as portas do meu gabinete vão estar abertas como sempre estiveram, infelizmente colocaram uma roleta aqui contra a minha vontade e eu quero deixar isso registrado mais uma vez porque qualquer lugar, espaço público, você pode entrar sem ser questionado. Por questão de segurança, a minha casa fica de frente para a rua e não tem segurança, não tem questão... A casa de todo mundo, a população inteira



está aí dependendo da segurança pública, então eu não vejo este motivo. Eu estou dizendo isso só por conta de que não dá para concordar com o vereador que falou que concorda... Que não se arrepende. Eu me arrependi realmente de algumas atitudes que a gente tomou e uma delas foi essa decepção que eu tive com essa roleta que eu considero ela, como foi dito aqui do aumento do IPTU, inaceitável. Eu não consigo enxergar motivo para ela. Então, eu quero dizer que as portas do meu gabinete, independente de roleta, elas estarão abertas ao longo de dois mil e dezesseis até o final do meu mandato como sempre estive nas questões, todas elas, não vou fugir de nenhuma como nunca fugi, ouvindo todo mundo e sempre tomando a minha posição. Dizer que não sou base do governo, fui contra o Orçamento de dois mil e... Aquele Orçamento fantasioso, fui contra o aumento de funcionários da máquina e que acabou gerando esse problema todo, esse impasse todo e serei contra sempre, eu nunca serei conivente com alguma coisa que esteja errada, ainda que no futuro possa me tornar base, mas... De qualquer governo, mas nós vamos votar sempre com a nossa consciência, com a nossa coerência ouvindo todos ambos os lados, toda questão, toda história tem dois lados. Então, eu gosto, eu aprendi isso, gosto de ouvir todos os dois lados para tomar a decisão correta, tão ciente de que a nossa decisão sempre vai desagradar alguém e isso é comum da vida. Então, eu tenho consciência disso e como pessoa pública a gente tem que estar preparado para ouvir também os contra-ataques de quem a gente está contrariando, isso faz parte do processo político. Mas, no mais, é desejar a todos um feliz ano novo, um ano de muitas realizações e de muita coragem. Obrigado”. O Senhor Presidente: “eu quero, antes de colocar a quarta parte, dizer que nós fizemos vários e vários contratos na minha gestão e posso dizer, de cadeira, que o melhor contrato que eu fiz foi com a TV Banqueta para mostrar quem é quem aqui dentro, quem realmente defende Nova Lima, e parabenizar a



equipe do Fred que está conosco aí batalhando. Quero parabenizar também todos os jornais de Nova Lima sem exceção, com raras exceções, às vezes, publicam coisas mentirosas atacando os vereadores. A última notícia falsa, mentirosa, covarde, dizendo que os vereadores recebem pelas reuniões extras. Isso não é verdade, corri atrás, a pessoa corrigiu, no meu modo de entender, corrigiu com certo deboche. Então, eu tenho certeza absoluta que a maioria dos vereadores trabalha em prol de Nova Lima. Quero parabenizar a vocês todos que trabalham com a gente. Que ano que vem, o Brasil melhore as condições dos brasileiros. Este ano que está findando, nós sofremos demais, eu nunca vi uma coisa dessa, eu sou lá do tempo de Getúlio Vargas. Então, eu fico decepcionado principalmente com as autoridades lá em Brasília, é um absurdo o que eles vêm fazendo ao longo dos anos e este ano foi o pior, as atuações das Câmaras foram um absurdo. Então, a gente fica decepcionado porque nós temos a obrigação de lutar pelos nossos filhos e nossos netos, para todos os brasileiros. E a Câmara aqui é uma Câmara numa cidade de oitenta mil habitantes, é uma Câmara simples, mas eu vejo que o pessoal está lutando para que principalmente nossa cidade melhore. Quarta parte: orador inscrito, vereador André Vieira”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu vou dispensar, Senhor Presidente, já falei já”. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião._____